

## ATA N.º 17 (REUNIÃO PÚBLICA)

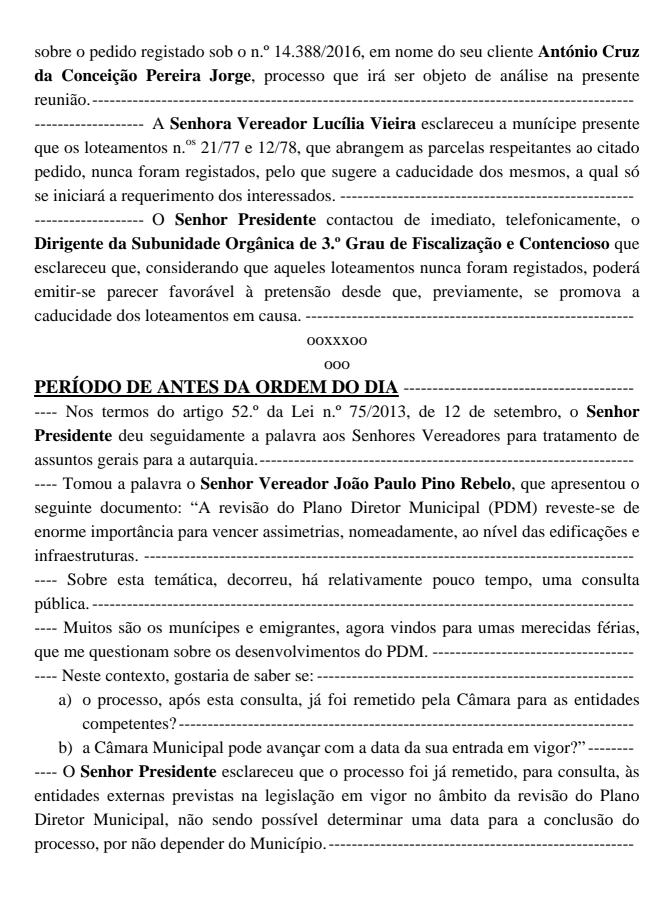
---- Aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezasseis, na Cidade de Ourém, no edifício dos Paços do Concelho e na Sala de Reuniões, à hora designada, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, estando presentes, além do Excelentíssimo Presidente, Senhor PAULO ALEXANDRE HOMEM DE OLIVEIRA FONSECA, os Senhores Vereadores: LUÍS MIGUEL MARQUES GROSSINHO COUTINHO DE ALBUQUERQUE, JOSÉ MANUEL DIAS POÇAS DAS NEVES, MARIA LUCÍLIA MARTINS VIEIRA, MARIA ISABEL TAVARES CARDOSO JUSTA DE SOUSA COSTA e JOÃO PAULO PINA REBELO, comigo Fernando Luís Gaspar da Silva Pereira Marques, Chefe da Divisão de Gestão Financeira, em substituição da Chefe da Divisão de Atendimento ao Munícipe e Ativos Humanos. ----

ooxxxoo

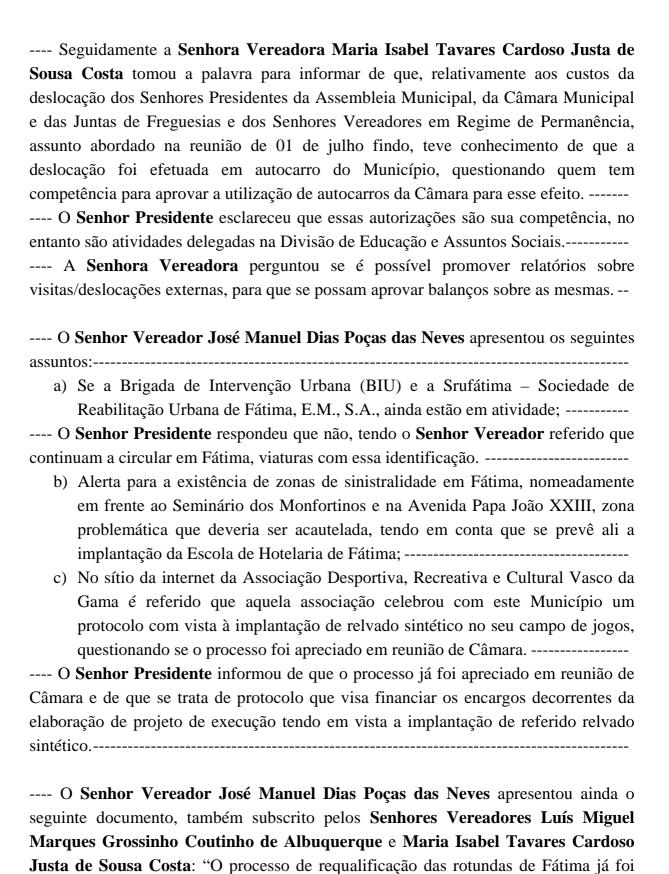
000 ABERTURA DA REUNIÃO-----------O SENHOR PRESIDENTE DECLAROU ABERTA A REUNIÃO E FORAM SEGUIDAMENTE TRATADOS OS ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA (ANEXO I), ELABORADA NOS TERMOS DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º OOXXXOO FALTAS DE MEMBROS DA CÂMARA --------- O **Senhor Presidente** informou os presentes de que, ao abrigo da Delegação de Competências efetuada na reunião de 29 de maio de 2015, considerou justificada a falta do Senhor Vereador NAZARENO JOSÉ MENITRA DO CARMO, por este se encontrar de férias. ------------- A CÂMARA FICOU INTEIRADA. -------- A CÂMARA FICOU INTEIRADA. OOXXXOO 000 INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE --------- De acordo com o que foi deliberado na reunião de 29 de maio de 2015, a Câmara começou por ouvir a munícipe presente: ---------- Maria Lucena Ferreira Gama, Solicitadora com escritório na Rua Principal, n.º

11-A, em Cavadinha, da Freguesia de Urqueira, deste Concelho, a solicitar informação







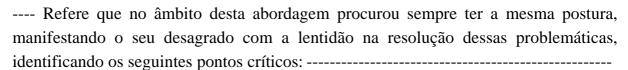




abordado em sede de Reunião de Câmara, ficando na altura algumas questões por
responder
Depois de consultado o processo, e para um cabal esclarecimento do mesmo,
recordemos o seu histórico
Na reunião de 3 de Junho questionei o senhor presidente da Câmara sobre as obras
que já tinham começado nas duas rotundas de Fátima. Citando a ata da referida
reunião a páginas 3 e 4,
"Residindo em Fátima é normal que as pessoas desta freguesia perguntem o que
está a ser feito nas rotundas norte e sul: como apesar de sermos vereadores nesta
Câmara não temos o mínimo conhecimento das obras em curso, gostaria de ser
esclarecido em relação ao que está projetado, quem mandou executar as obras e quem
as está a coordenar
O senhor Presidente esclareceu que a intervenção ao curso refere-se ao
embelezamento das duas rotundas, no seguimento das intervenções de beneficiação
que têm vindo a ser executadas em Cova da Iria – Fátima
O senhor Vereador Luis Miguel Marques Grossinho Coutinho de Albuquerque
tomou a palavra para perguntar que tipo de procedimento foi adotado para aquela
intervenção e qual o valor, uma vez que desconhece qualquer publicitação do mesmo.
O senhor Presidente informou que se trata de um ajuste direto e de que o valor
cumpre os limites do mesmo."
No dia 9 de Junho o senhor Vereador Nazareno do Carmo fez um despacho em
que, citando, "autorizo a despesa e contratação por ajuste direto à empresa
ArquiJardim."
Ora a proposta da empresa só foi entregue a 16 de Junho de 2016, estando o prazo
da abertura da dita proposta marcado o dia seguinte,17 de Junho
Há aqui um claro desfasamento. Como é que se pode fazer um despacho de
autorização de despesa quando a proposta só foi entregue 7 dias depois, repito, sete
dias depois? Como é que o senhor Vereador pode fazer um despacho de ajusto direto
sobre um valor que não conhecia?
Saliente-se ainda que a Divisão de Obras Municipais, ouvida sobre o assunto,
emitiu o seguinte parecer:
"Em primeiro lugar fazer notar que este parecer foi solicitado depois do início dos
trabalhos", comprovando-se por isso que as obras foram iniciadas antes da entrega da
proposta
Mais se acrescenta que o contrato foi assinado no dia 1 de Julho, tendo o
procedimento sido publicado na Base Gove passados 4 dias, no dia 5 de Julho

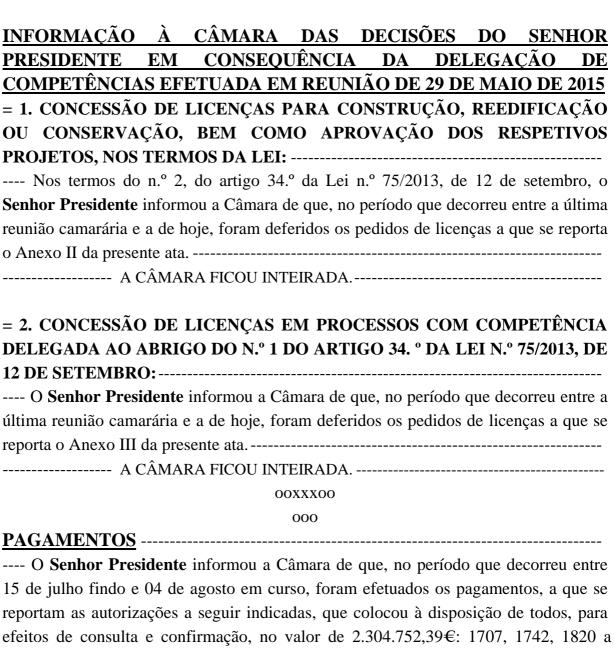
Perante todos estes factos e aproveitando a presença do Dr. Fernando Marques
gostaríamos de ser esclarecidos:
1. Qual foi a data do compromisso?
2. Como é que pode agora ser paga a obra?
Mais dúvidas ainda se levantam, pelo que questionamos à Divisão de Obras
Municipais:
3. Quem fiscalizou a obra?
4. Onde está o relatório da fiscalização?
5. Quem foi a técnica de segurança da obra?
São estas as dúvidas que urge esclarecer senhor Presidente, a bem da transparência
de procedimentos que é necessário existir em toda a administração pública."
O Senhor Presidente esclareceu que a resposta a essas questões será
posteriormente emitida por escrito, considerando que o processo foi acompanhado
pelo Senhor Vereador Nazareno do Carmo
De seguida tomou a palavra o Senhor Vereador Luís Miguel Marques
Grossinho Coutinho de Albuquerque, que expôs o seguinte:
a) Que destino terá a fonte que existia próximo da Rua de Castela, nesta Cidade e
que foi retirada do local;
O Senhor Presidente deu conta de que a mesma será relocalizada no âmbito da
requalificação daquela zona
b) Qual o ponto de situação da problemática existente em Vilar dos Prazeres (em
frente à exposição da empresa "Móveis Mendes"), relativamente à colocação de
lombas redutoras de velocidade, sabendo-se que já foi sinalizada por escrito, em
junho de 2015, pela Junta de Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias,
não entendendo a ausência de resposta;
O Senhor Presidente respondeu que se sente muitas vezes titubeante, isto é cheio
de dúvidas, porque existem abaixo-assinados para a colocação de lombas e abaixo-
assinados para as retirar, sendo que nesse caso concreto não se recorda, mas irá avaliar
a situação, que, do ponto de vista técnico, o parecer dos serviços é geralmente de que
será necessário educar os condutores;
c) Se já existe alguma informação atual sobre a intenção de ligação do Nó da A1
em Fátima com o Itinerário Complementar (IC9);
O Senhor Presidente esclareceu que têm decorrido diversas reuniões com a
Infraestruturas de Portugal, S.A. e com representantes de alguns Ministérios a fim de
conciliarem situações rodoviárias problemáticas no Concelho





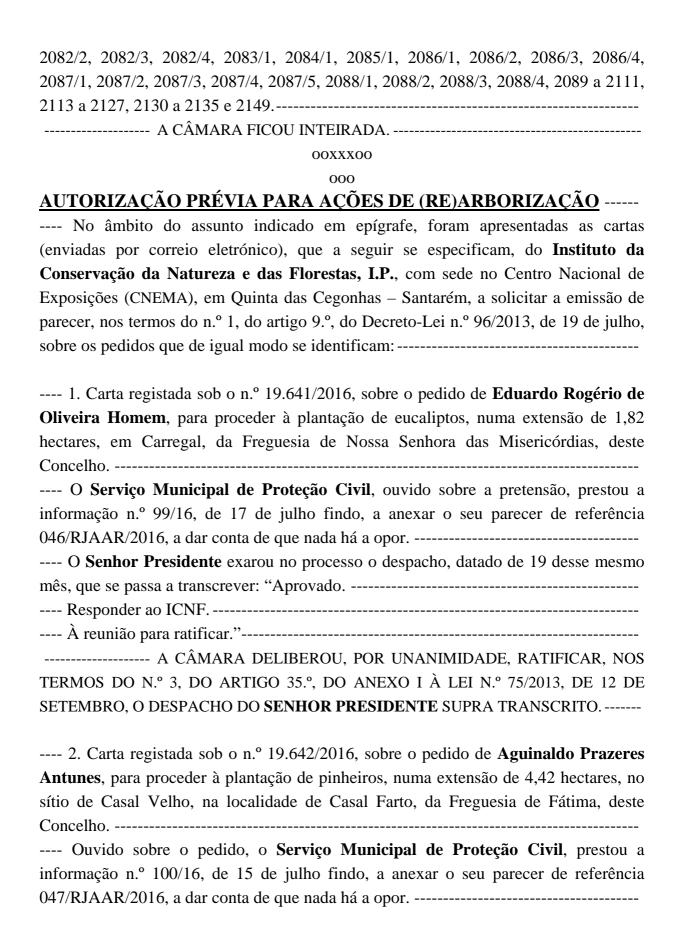
- b) A Ligação do Nó da A1 ao Itinerário Complementar (IC9), que o anterior Secretário de Estado Sérgio Monteiro e o atual Guilherme Martins lhe reportaram que aquela intervenção deverá avançar em 2017;------



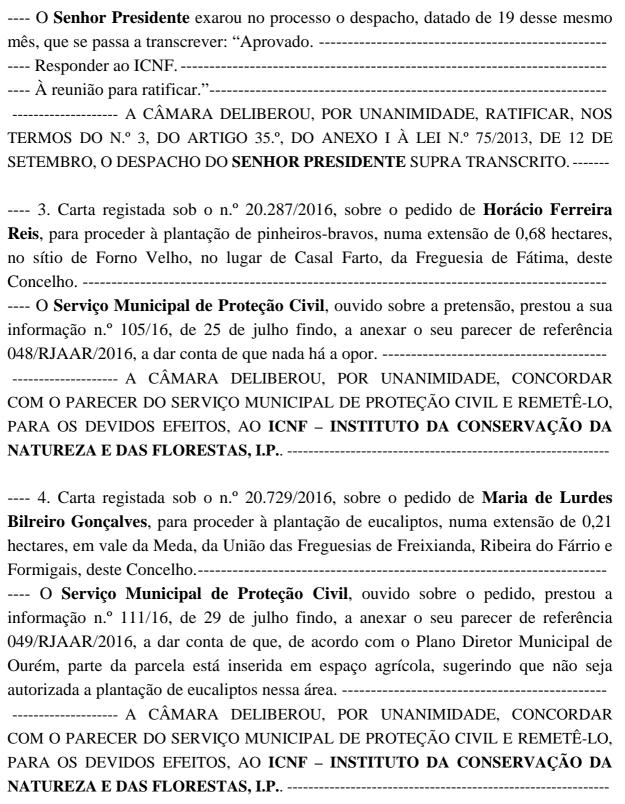


---- O **Senhor Presidente** informou a Câmara de que, no período que decorreu entre 15 de julho findo e 04 de agosto em curso, foram efetuados os pagamentos, a que se reportam as autorizações a seguir indicadas, que colocou à disposição de todos, para efeitos de consulta e confirmação, no valor de 2.304.752,39€: 1707, 1742, 1820 a 1825, 1827 a 1922, 1924 a 1927, 1929 a 1953, 1955 a 2043, 2045 a 2065, 2066/1, 2066/2, 2067/1, 2067/2, 2067/3, 2067/4, 2067/5, 2068/1, 2069/1, 2069/2, 2069/3, 2069/4, 2069/5, 2069/6, 2069/7, 2069/8, 2070/1, 2070/2, 2070/3, 2070/4, 2070/5, 2070/6, 2070/7, 2071/1, 2071/2, 2071/3, 2071/4, 2071/5, 2071/6, 2071/7, 2071/8, 2071/9, 2072/1, 2072/2, 2072/3, 2072/4, 2072/5, 2072/6, 2073/1, 2073/2, 2073/3, 2073/4, 2073/5, 2073/6, 2073/7, 2074/1, 2074/2, 2074/3, 2074/4, 2074/5, 2074/6, 2075/1, 2075/2, 2075/3, 2075/4, 2075/5, 2075/6, 2076/1, 2076/2, 2076/3, 2076/4, 2076/5, 2076/6, 2076/7, 2077/1, 2077/2, 2077/3, 2077/4, 2077/5, 2077/6, 2078/1, 2078/2, 2078/3, 2078/4, 2078/5, 2079/1, 2079/2, 2079/3, 2079/4, 2080/1, 2080/2, 2080/3, 2080/4, 2080/5, 2080/6, 2081/1, 2081/2, 2081/3, 2081/4, 2081/5, 2082/1,





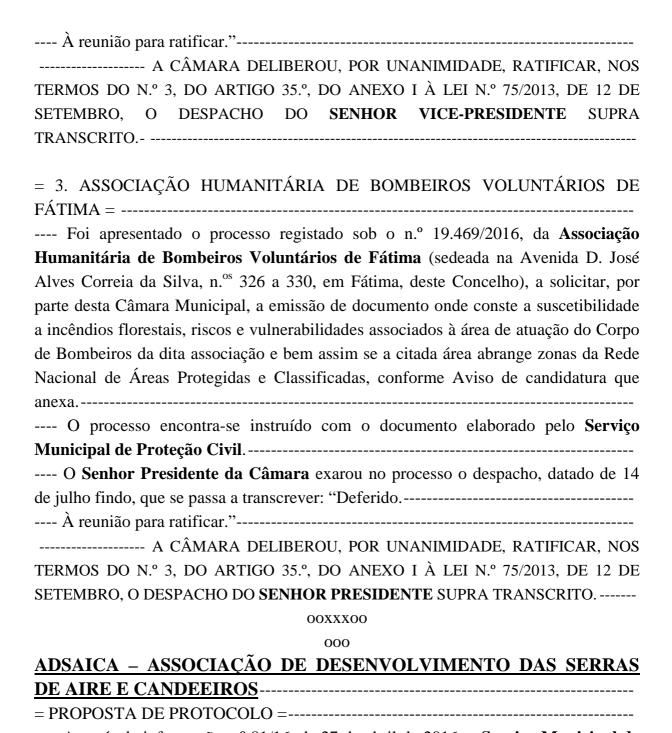






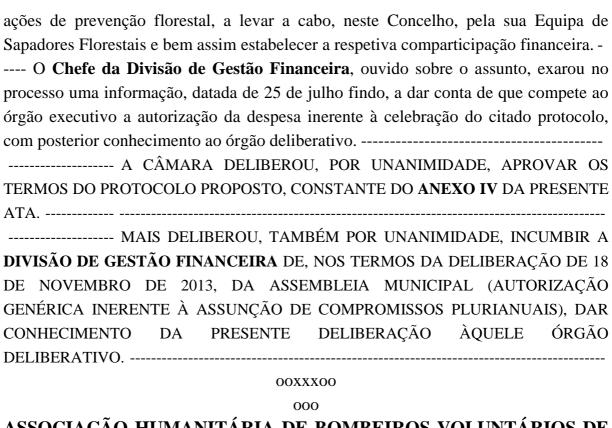
PROGRAMA OPERACIONAL SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA
NO USO DE RECURSOS (POSEUR) – APRESENTAÇÃO DE
CANDIDATURAS PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS OPERACIONAIS
DE PROTEÇÃO E SOCORRO
= 1. ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE
CAXARIAS =
Foi apresentado o processo registado sob o n.º 18.670/2016, da Associação
Humanitária de Bombeiros Voluntários de Caxarias (sedeada na Rua dos
Bombeiros Voluntários, n.º 5, em Carvoeira, da Freguesia de Caxarias, deste
Concelho), a solicitar, por parte desta Câmara Municipal, a emissão de documento
onde conste a suscetibilidade a incêndios florestais, riscos e vulnerabilidades
associados à área de atuação do Corpo de Bombeiros daquela associação e bem assim
se a mesma abrange zonas da Rede Nacional de Áreas Protegidas e Classificadas,
conforme Aviso de candidatura que anexa
O processo encontra-se instruído com o documento elaborado pelo Serviço
Municipal de Proteção Civil
O Senhor Presidente da Câmara exarou no processo o despacho, datado de 14
de julho findo, que se passa a transcrever: "Deferido
À reunião para ratificar."
A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, RATIFICAR, NOS
TERMOS DO N.º 3, DO ARTIGO 35.º, DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE
SETEMBRO, O DESPACHO DO <b>SENHOR PRESIDENTE</b> SUPRA TRANSCRITO
= 2. ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE
OURÉM =
Foi apresentado o processo registado sob o n.º 19.466/2016, da Associação
Humanitária de Bombeiros Voluntários de Ourém (sedeada na Avenida D. Nuno
Álvares Pereira, n.º 273, nesta Cidade), a solicitar, por parte desta Câmara Municipal,
a emissão de documento onde conste a suscetibilidade a incêndios florestais, riscos e
vulnerabilidades associados à área de atuação do Corpo de Bombeiros daquela
associação e bem assim se a mesma abrange zonas da Rede Nacional de Áreas
Protegidas e Classificadas, conforme Aviso de candidatura que anexa
O processo encontra-se instruído com o documento elaborado pelo Serviço
Municipal de Proteção Civil
Do processo faz ainda parte o despacho, datado de 15 de julho findo, do Senhor
Vice-Presidente da Câmara (à data), que se passa a transcrever: "Deferido





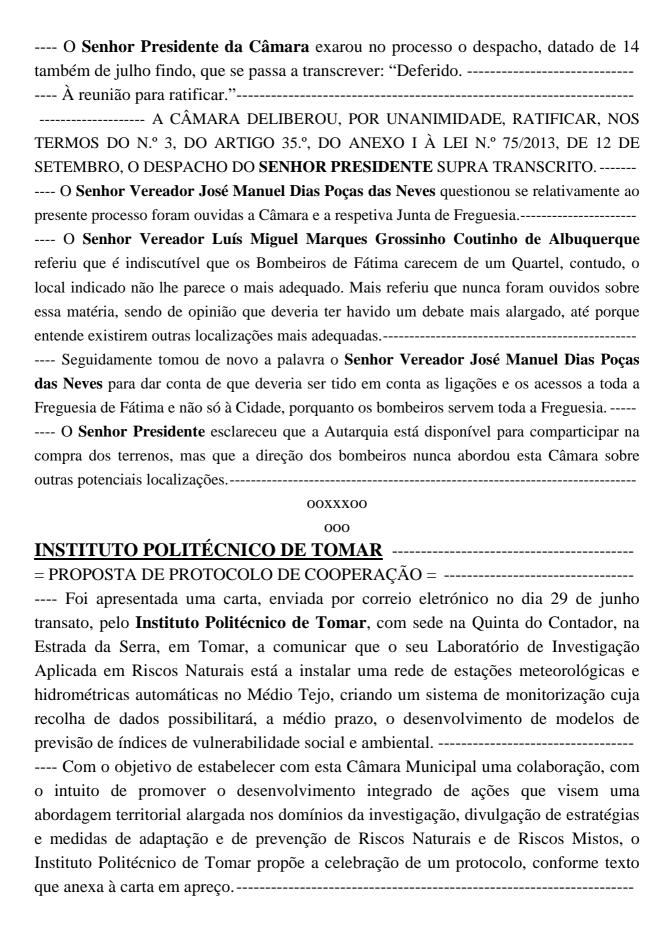
---- Através da informação n.º 81/16, de 27 de abril de 2016, o **Serviço Municipal de Proteção Civil**, colocou à consideração superior proposta de texto de protocolo a celebrar com a **ADSAICA** – **Associação de Desenvolvimento das Serras de Aire e Candeeiros** (sedeada na Estrada de Fátima, no Monumento das Pegadas de Dinossáurios da Serra de Aire, na localidade de Bairro, da Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, deste Concelho), com o objetivo de estabelecer regras relativas às



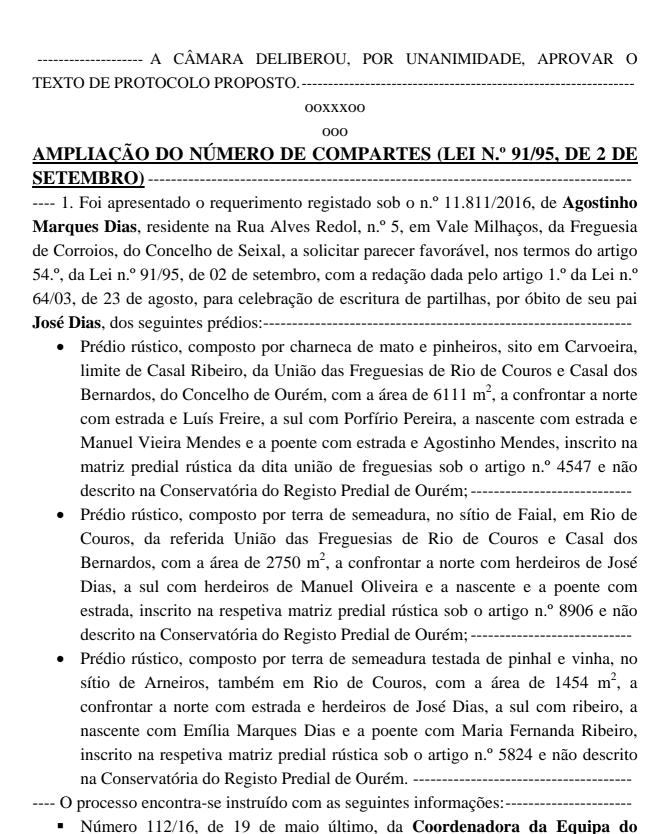


ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FÁTIMA -----

como representante do Município naquela comissão, o **Senhor Eng. Nuno Miguel Gaspar Touret** elaborou o documento cuja cópia se encontra anexa ao processo.-----

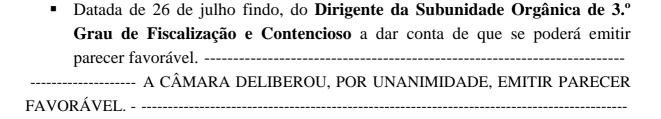






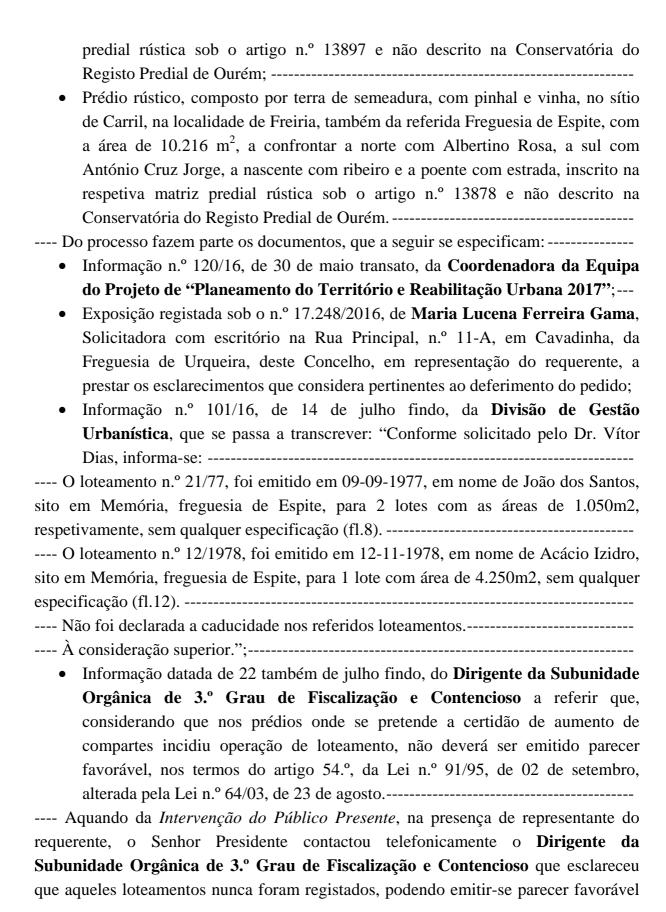
Projeto de "Planeamento do Território e Reabilitação Urbana 2017";------



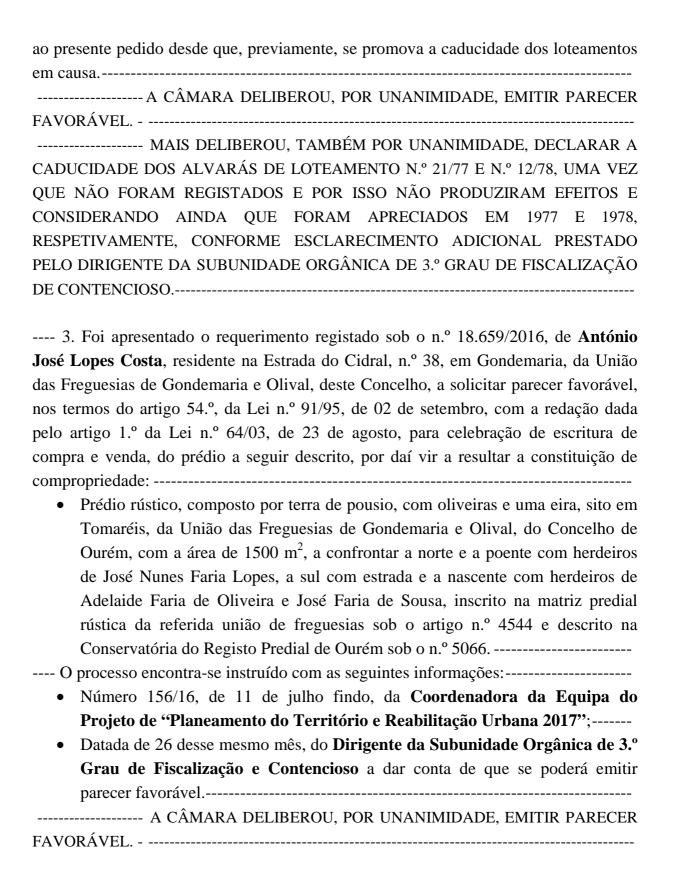


- - Prédio rústico, composto por terra de pinhal, sito em Vale Figueiro, da dita Freguesia de Espite, com a área de 14.908 m², a confrontar a norte com José Santos e outros, a sul com Manuel Varanda e outros, a nascente com Fátima Pereira J. Albuquerque e a poente com estrada, inscrito na respetiva matriz

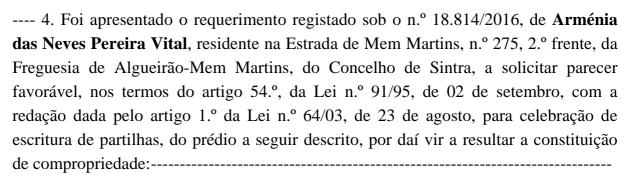






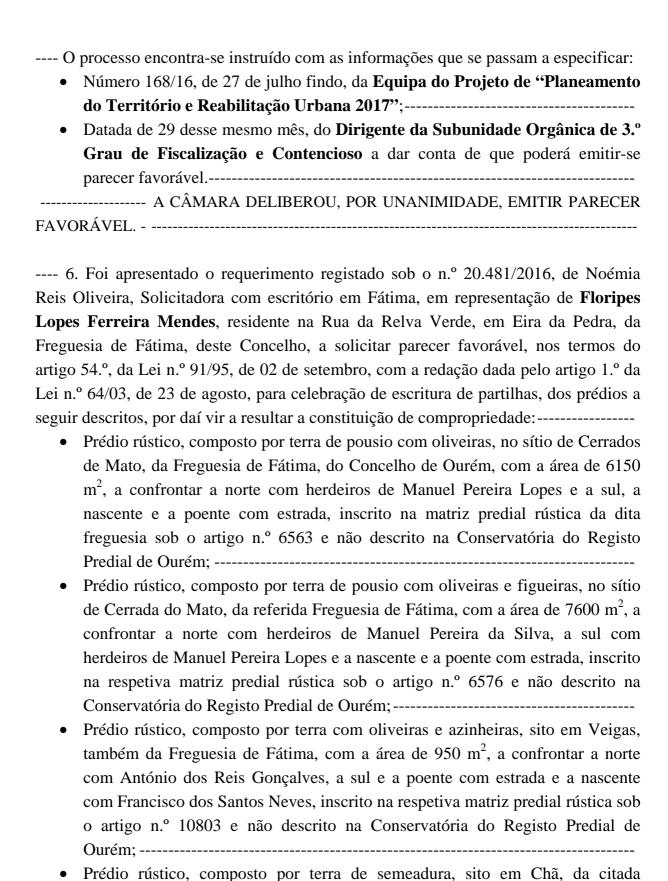






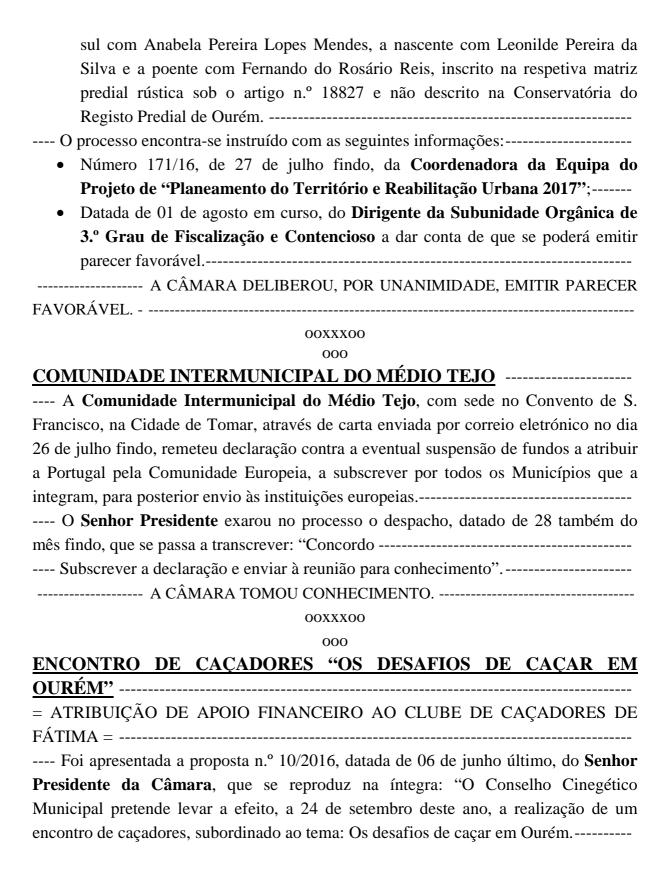
- Prédio rústico, composto por terra de semeadura com oliveiras, sito em Carvalhal, da Freguesia de Seiça, do Concelho de Ourém, com a área de 2759 m² (parte), a confrontar a norte com estrada publica, a sul com Licínio Abreu Freire, a nascente com Jacinto Martins da Silva e a poente com João Vieira dos Reis, inscrito na matriz predial rústica da dita freguesia sob o artigo n.º 9880. --
- ---- Do processo fazem parte as seguintes informações: -----
  - Número 160/16, de 13 de julho findo, da Coordenadora da Equipa do Projeto de "Planeamento do Território e Reabilitação Urbana 2017";-----
  - Datada de 26 desse mesmo mês, do **Dirigente da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Fiscalização e Contencioso** a dar conta de que se poderá emitir parecer favorável.-----



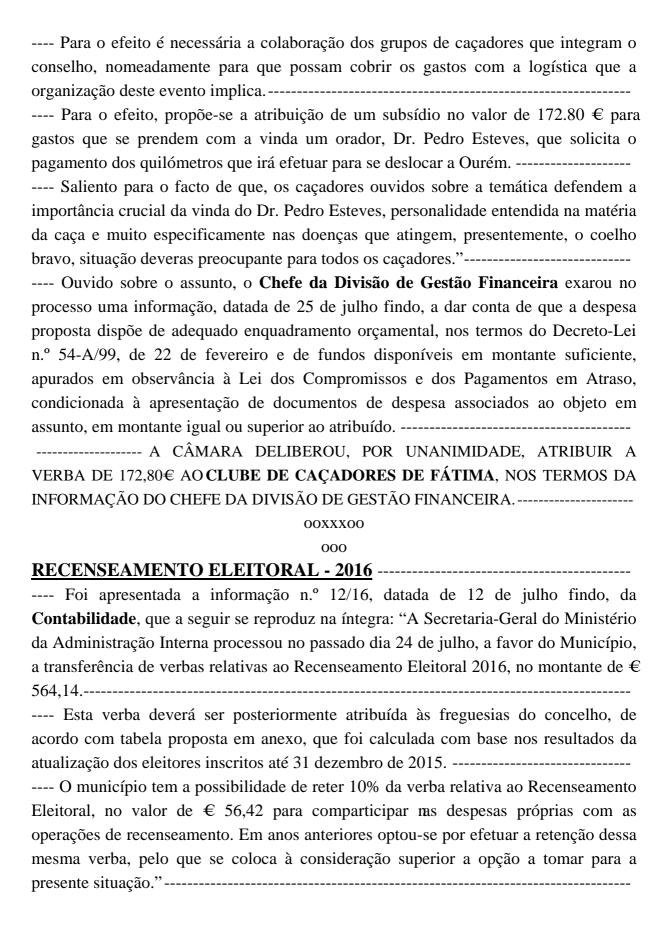


Freguesia de Fátima, com a área de 2880 m<sup>2</sup>, a confrontar a norte com estrada, a

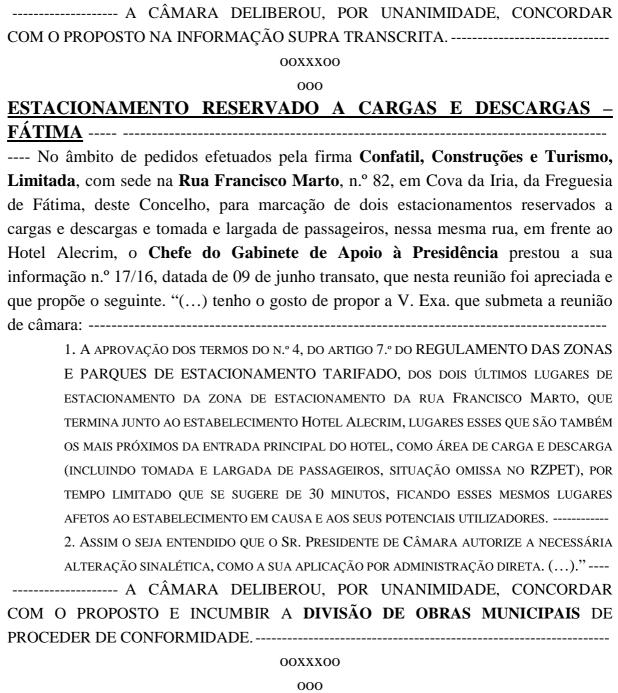




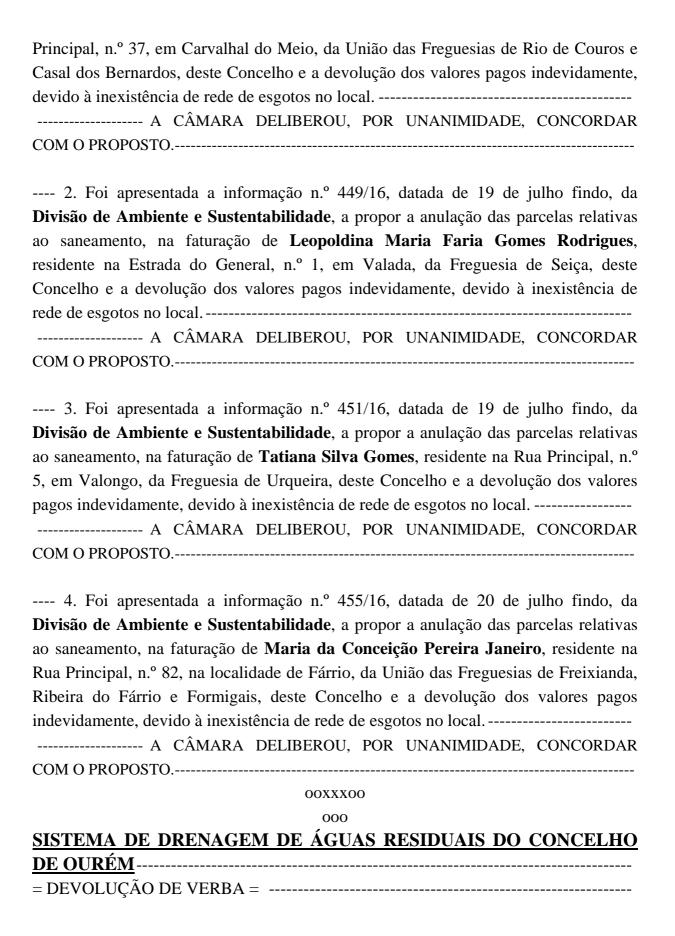




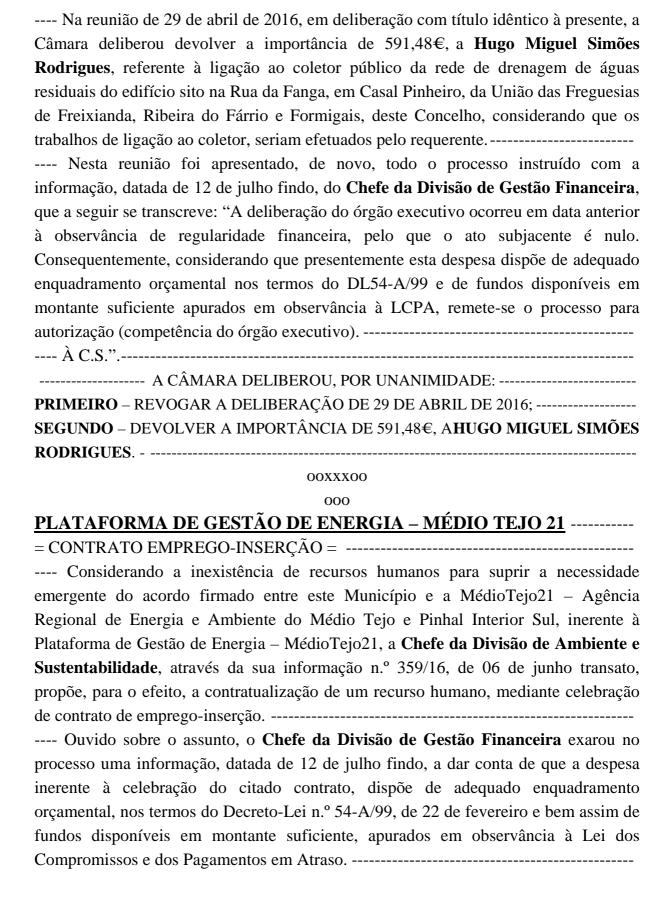




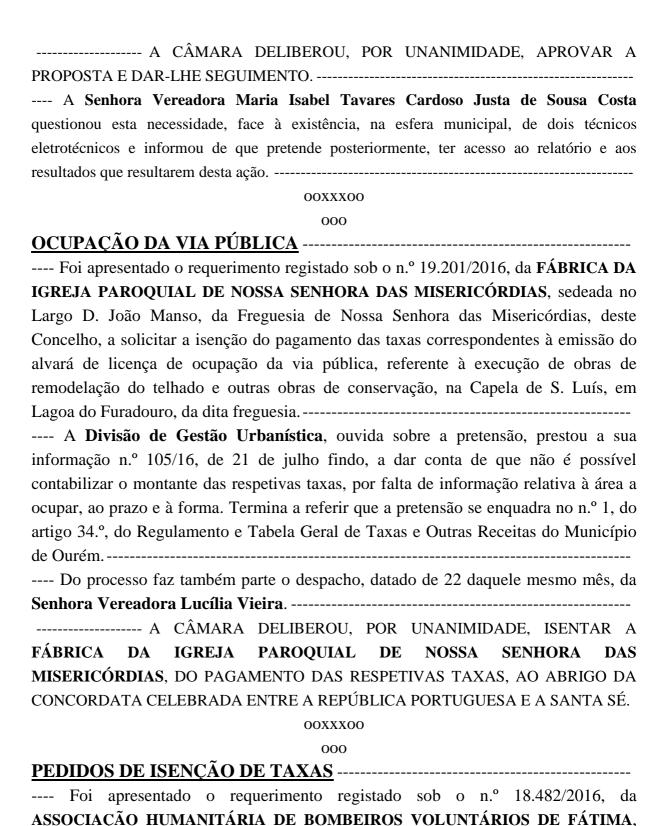
TAXAS DE CONSERVAÇÃO DAS REDES E SISTEMA DE SANEAMENTO, TARIFA DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS, TARIFA DE RECOLHA, TRANSPORTE E TRATAMENTO DE RSU'S --





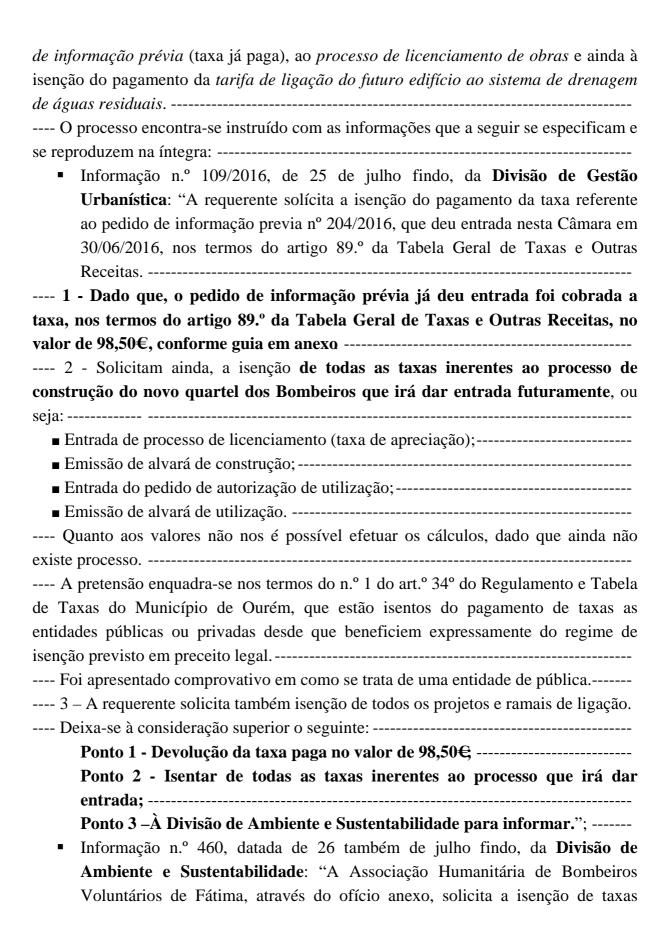




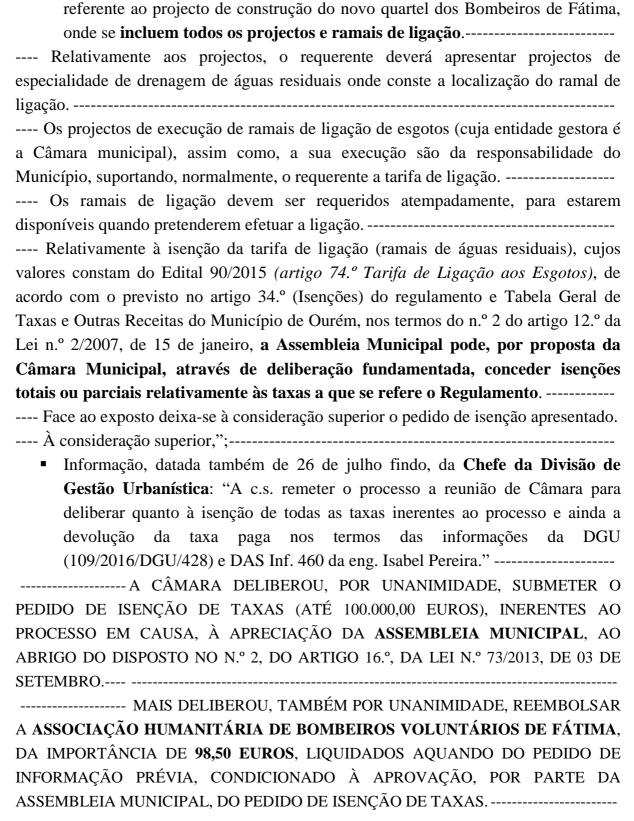


com sede na Avenida D. José Alves Correia da Silva, n.ºs 326 a 330, em Cova da Iria, da Freguesia de Fátima, deste Concelho, a solicitar, relativamente ao processo de construção do seu novo quartel, a isenção do pagamento das taxas relativas ao *pedido* 









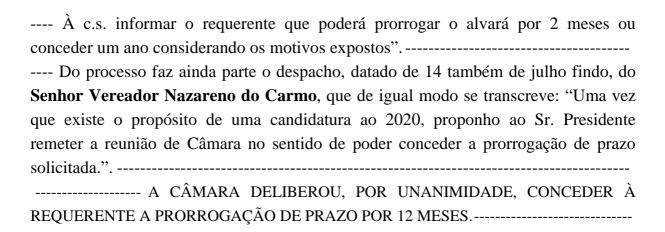


## <u>LICENCIAMENTOS DE OBRAS PARTICULARES</u> -----

- executar todos os acabamentos no edifício e os arranjos exteriores e muro de vedação." -----
- ---- O requerente apresenta no requerimento 1089/2016, referindo os motivos que o levam a solicitar tal prorrogação.-----
- ---- Deixa-se à consideração superior o teor da presente informação."; -----

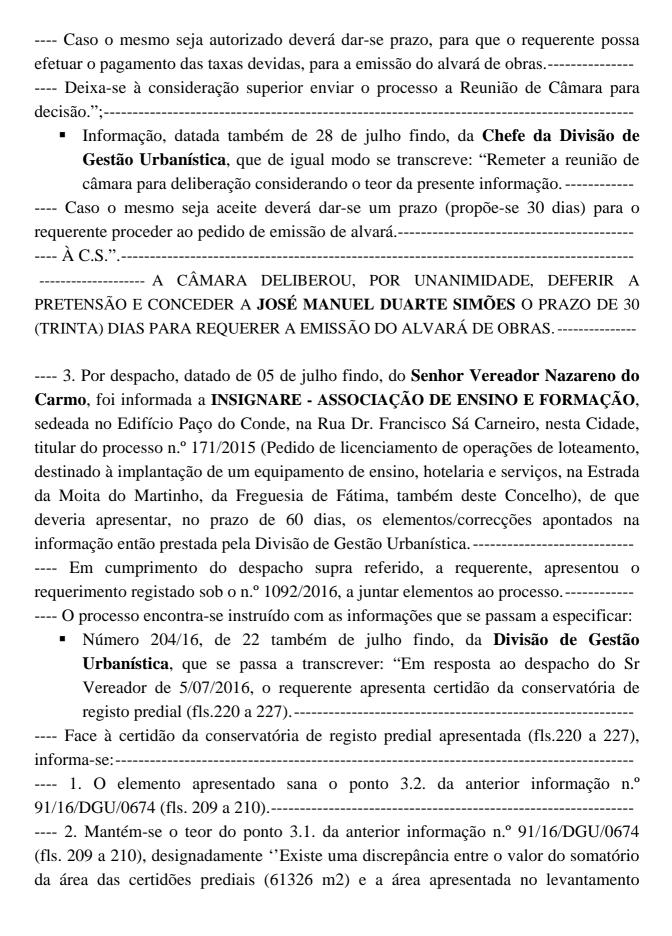
---- Refere ainda na exposição que terá que alterar o projeto. -----



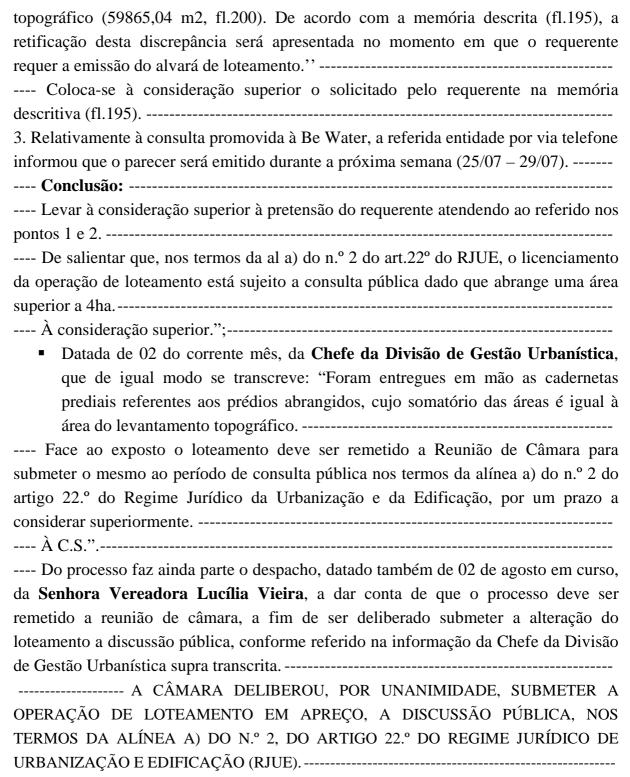


- - Requerimento registado sob o n.º 19.826/2016, do referido requerente, a solicitar, de novo, autorização para proceder ao levantamento da licença alegando dificuldades financeiras, devido à conjunta económica existente; ------

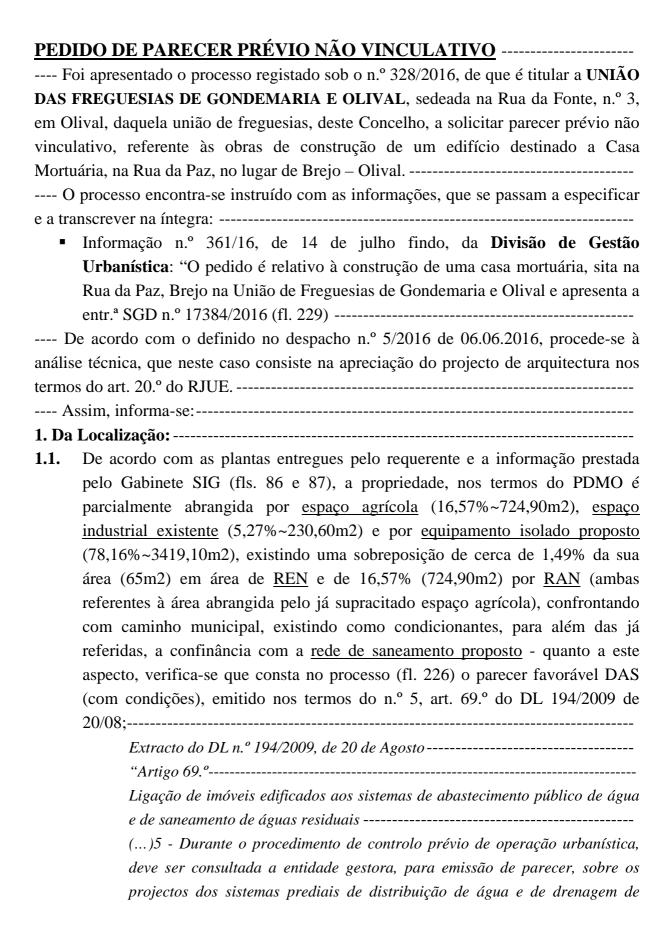




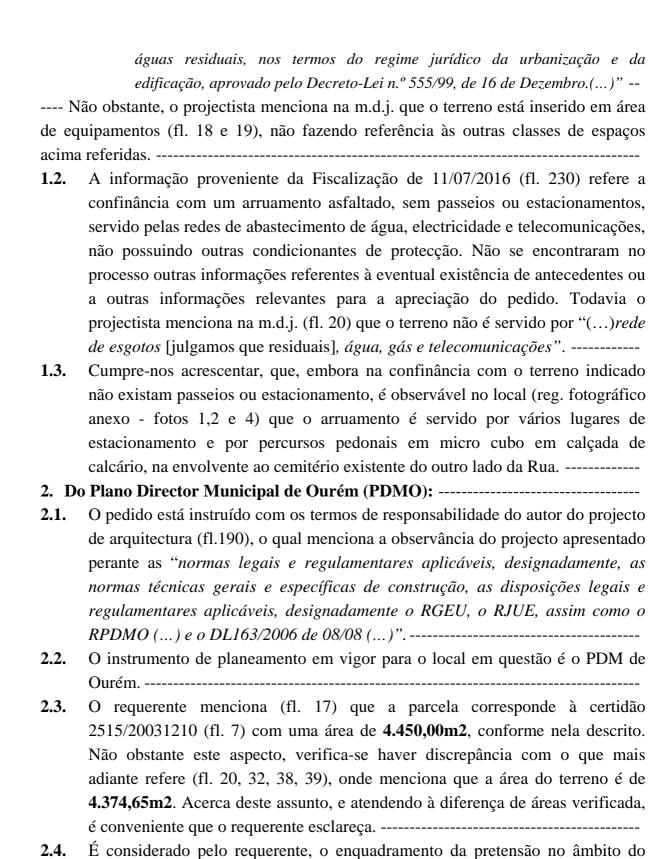












definido no RPDMO, art. 63.°, contudo se verifica existir referência nesse regulamento ao enquadramento no tipo de utilização que agora é pretendida –



## 3. Do DL 555/99, de 16/12 (RJUE): -----

- **3.1.** A presente operação urbanística, sendo promovida por uma autarquia local, está isenta de controlo prévio nos termos do RJUE, art. 7.º/1/a, ficando sujeita a parecer prévio não vinculativo da câmara municipal. ------
- **3.3.** Cumpre-nos sublinhar que deverá o requerente publicitar do início e do fim da operação urbanística.-----
- **3.4.** Apesar de existir um texto alusivo ao pedido de isenção do pagamento de taxas urbanísticas (fl. 21), não encontrámos no processo uma deliberação da assembleia municipal alusiva a essa isenção.-----

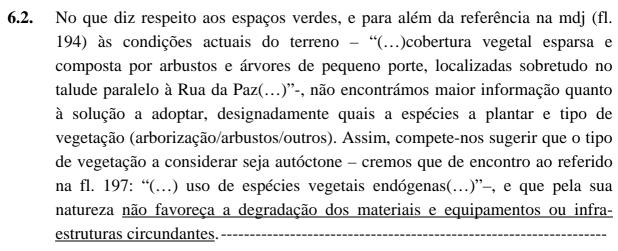


contudo, o requerente (fl. 187) solicita a entrega de alguns elementos após a conclusão dos protocolos e a adjudicação da obra.

Informa-se ainda que solicita a isenção de apresentação de vários projetos de especialidades tais como:

-Projeto de Comportamento Térmico (.Fl. 96). -Projeto da Rede de Gás (Fl. 97). O processo encontra-se ainda instruido com o parecer da DAS (Fls.224 a 227). (...)" --------- Aspecto que se deixa à consideração superior, dado que a legislação (Portaria 113/2015 de 22/04) determina a sua apresentação. -----4. Da Segurança contra Incêndio em Edifícios: -----4.1. A área de construção bruta indicada na Ficha de Segurança Contra Incêndio (fl. 103) – 312,50m2 é diferente da que menciona no projecto – 318,40m2 (fls. 20, 30, 32, 33 entre outras). Será conveniente que o requerente esclareça esta discrepância. -----4.2. As portas utilizáveis por mais de 50 pessoas devem abrir facilmente no sentido da evacuação, dispensando o recurso a meios de desbloqueamento de ferrolhos ou outros dispositivos de trancamento e dispor de sinalização indicativa do modo de operar, sendo este um dos aspectos a que o projecto deve conformarse. ------5. Do DL163/2006: -----**5.1.** O pedido está instruído com o termo de responsabilidade do autor do projecto de acessibilidades (fl.192), o qual indica a observância das "(...)normas técnicas gerais e especificas, assim como as disposições legais e regulamentares aplicáveis, designadamente o Decreto-Lei n.º 163/2008, de 8 de Agosto (...)". -**5.2.** A passadeira prevista no acesso interior, não poderá intersectar com o lugar de estacionamento.----6. Da Construção: -----A inclinação indicada para a "serventia" (24%) - fl.51 - é excessiva sobretudo **6.1.** no troço que apresenta maior inclinação entre o acesso à garagem e o acesso à bolsa de estacionamento (a nascente), sugere-se reduzir para um máximo de 15%. Também o tipo de pavimento utilizado, em calcário, poderá causar resvalamentos que poderão ser evitados recorrendo a outro tipo de material com maior atrito e resistência ao desgaste ou polimento (pelo menos no troço com maior inclinação). -----

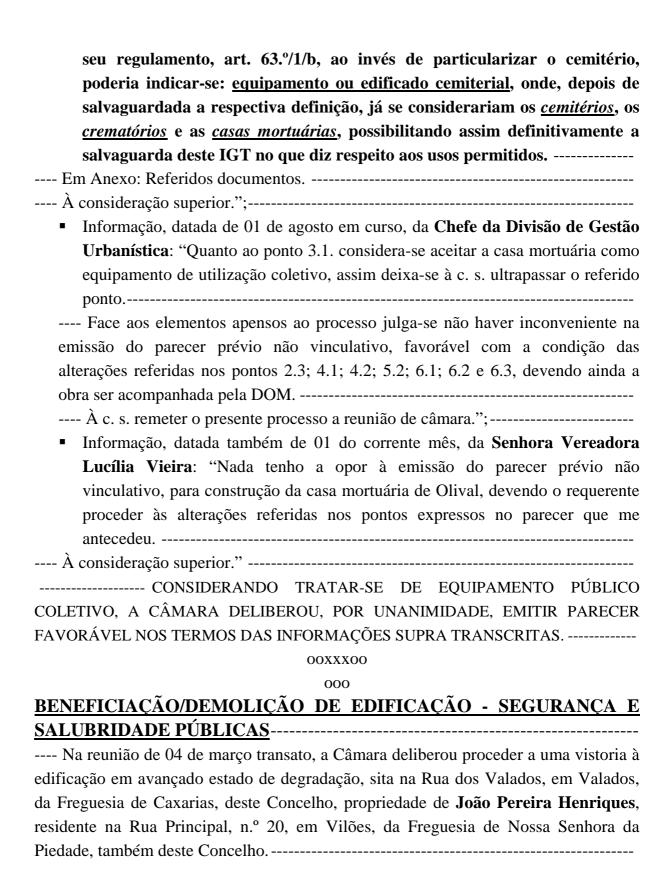




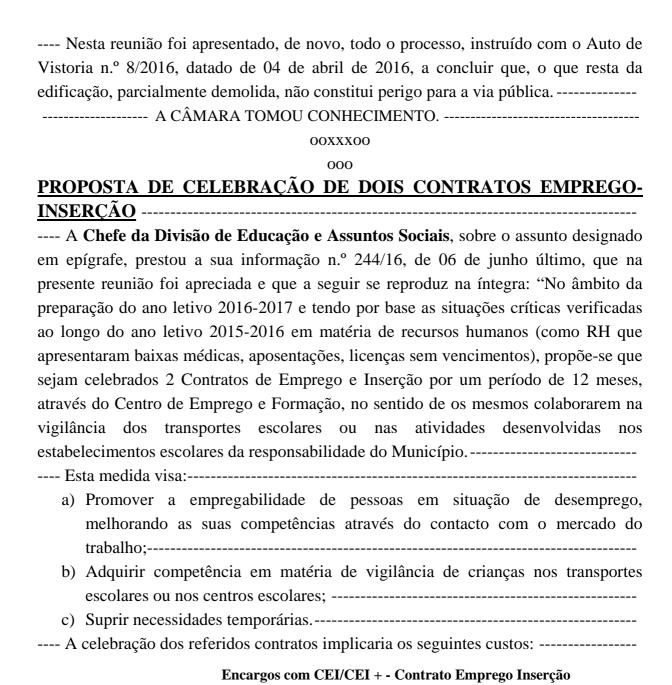
- **6.4.** No que diz respeito à intervenção em geral, e com especial destaque para a que se pretende realizar no espaço exterior, cumpre-nos alertar para os cuidados a ter na escolha dos materiais e respectivos métodos construtivos de aplicação, sempre tendo em vista a sua durabilidade e reduzida manutenção. -------
- 7. Conclusão: -----

- **7.3.** O requerente solicita a isenção e redução de taxas nos termos indicados na fl. 21 (conforme mencionado no ponto 3.4)-----
- **7.4.** Face aos elementos apresentados, não encontramos adequação ao PDM, nos termos descritos no ponto 2.4 desta informação.-----
- 7.4.1. Dado que este não é o primeiro caso em que se coloca esta questão, em nossa opinião seria conveniente clarificar esta circunstância em sede do PDM, sendo importante que dentro dos usos permitidos e consignados no





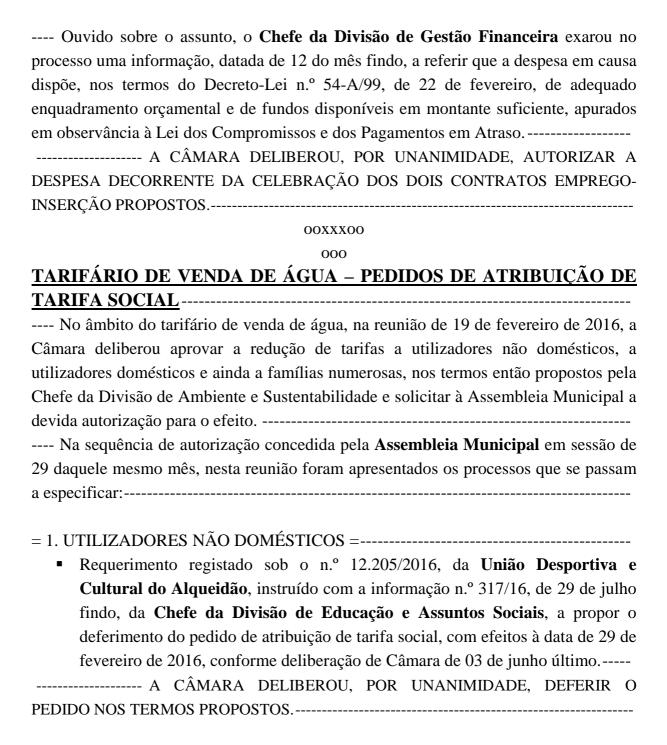




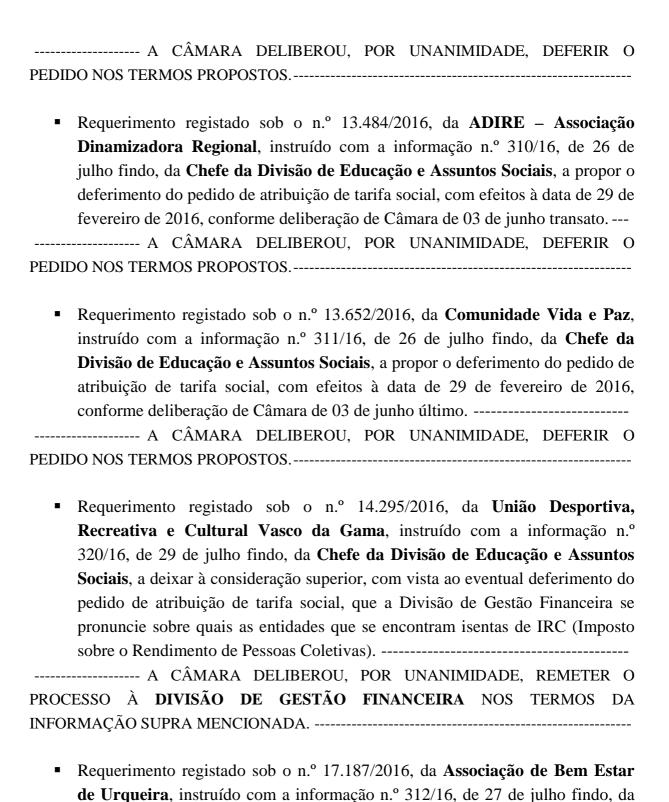
		Receita (IEFP)	Despesa mensal			
Tipo de contrato	Duração Contrato CEI	% Bolsa mensal	Bolsa mensal (CMO)	Sub. Refeição Diário	Seguro Acidentes trabalho (mensal)	Sub.Trans. Mensal
CEI	12 meses (máx)	0	83,84 €	4,27 €	1% (83,84€)	60,00€
CEI +	12 meses (máx)	80%	419,22 €	4,27 €	1% (419,22€)	60,00 €

---- À consideração superior." -----



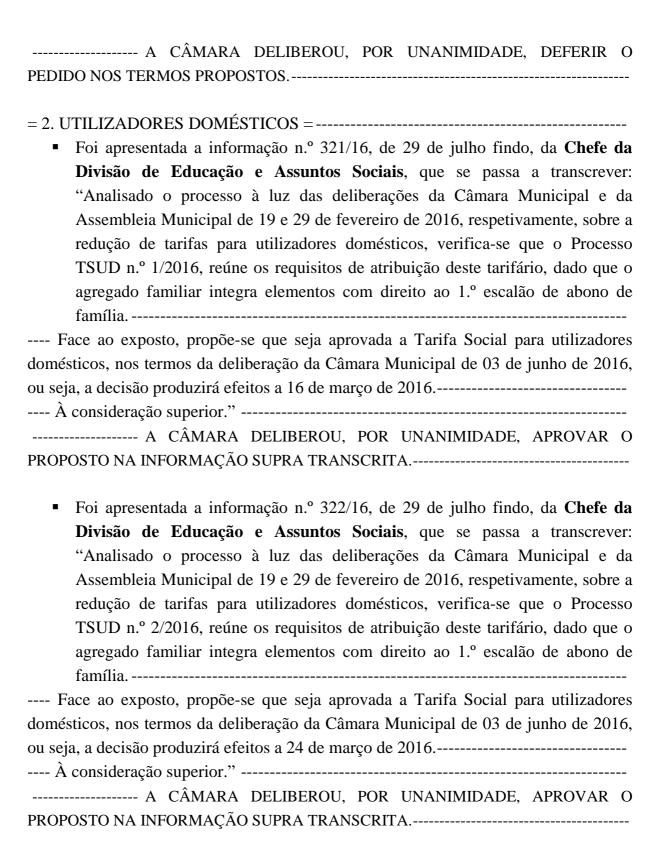




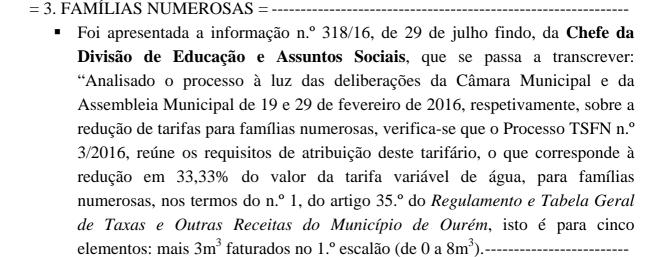


Chefe da Divisão de Educação e Assuntos Sociais, a propor o deferimento do pedido de atribuição de tarifa social, com efeitos à data de 29 de fevereiro de 2016, conforme deliberação de Câmara de 03 de junho último.-----









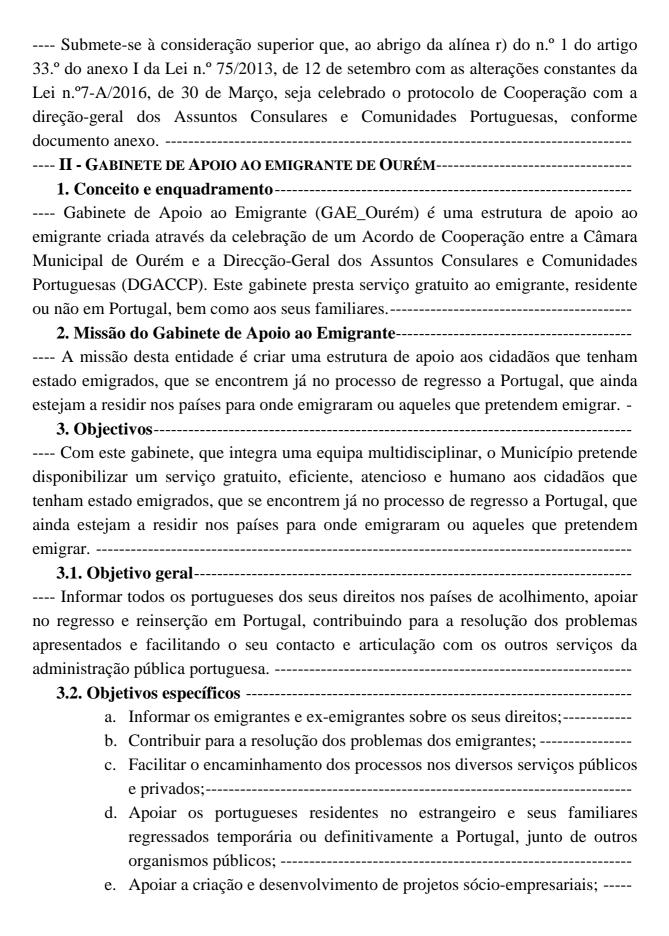
---- Face ao exposto, propõe-se que seja aprovada a Tarifa Social para famílias

OOXXXOO



DIREÇÃO-GERAL DOS ASSUNTOS CONSULARES E COMUNIDADES
PORTUGUESAS
= PROPOSTA DE PROTOCOLO =
No seguimento de proposta de texto de protocolo, remetido através de carta
enviada por correio eletrónico no dia 22 de julho findo, pelo Gabinete do Secretário de
Estado das Comunidades Portuguesas da Direção-Geral dos Assuntos Consulares e
Comunidades Portuguesas, sedeada na Avenida Infante Santo, n.º 42, em Lisboa,
com o objetivo de estabelecer cooperação com este Município, com vista à criação de
um Gabinete de Apoio ao Emigrante, foi apreciada a informação n.º 309/16, de 21 do
mês findo, da Chefe da Divisão de Educação e Assuntos Sociais, também subscrita
pelo Coordenador da Equipa do Projeto "Ourém 2020", que se passa a transcrever
na íntegra: "Dando cumprimento ao despacho do Ex.mo Sr. Presidente de 22.07.2019,
exarado no documento SGD n.º 19988/2016, de 20.07.2016, efetuámos análise à
proposta de Protocolo de cooperação disponibilizado pelo Gabinete do Secretário de
Estado das Comunidades Portuguesas e estruturámos o modelo de Gabinete de Apoio
ao Emigrante de Ourém conforme se especifica neste documento
I - PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO
Considerando que:
a) no âmbito da missão e dos objetivos do Município de Ourém, importa assegurar a
satisfação das necessidades da comunidade local, designadamente o apoio aos
cidadãos que tenham estado emigrados,
b) que se encontrem já no processo de regresso a Portugal, que ainda estejam a residir
nos países para onde emigraram ou aqueles que pretendem emigrar;
c) Cumpre dar resposta às necessidades dos/as cidadãos/ãs do Município de Ourém
com a concretização de ações conducentes à sua melhor qualidade de vida;
d) A necessidade de articulação entre serviços da administração central e local na
criação de estruturas de apoio aos cidadãos que tenham estado emigrados, que se
encontrem já no processo de regresso a Portugal, que ainda estejam a residir nos
países para onde emigraram ou aqueles que pretendem emigrar;
e) no Município de Ourém sempre se verificou um elevado índice de emigração, facto
com claros reflexos na sociedade e na economia local;
f) a conjugação do poder económico da Diáspora e das potencialidades regionais
poderá estimular um ambiente favorável aos negócios e investimentos da
comunidade residente nos países de acolhimento, com desejável impacto no
desenvolvimento local, cabendo aos órgãos da administração central proporcionar
os meios adequados ao respetivo enquadramento e acompanhamento institucionais;







	f. Cooperar na preparação da saída para o estrangeiro de portugueses que desejem emigrar.
4. De	estinatários dos serviços do Gabinete de Apoio ao Emigrante
20	a. Portugueses residentes no Município de Ourém que estão emigrados
	b. Portugueses residentes no Município de Ourém que já regressaram
	Portugal
	c. Portugueses residentes no Município de Ourém que pretendam inicia
	um processo emigratório
5. Co	ompetências
Este	serviço analisa, informa e encaminha os cidadãos nas seguintes matérias:
<b>5.1.</b> S	Social
	a. Encaminhamento para serviços sociais públicos e privados sem fir
	lucrativos no apoio à infância e juventude, deficiência e envelhecimento
	b. Apoio a menores de nacionalidade portuguesa em situações de risco;
	c. Apoios psicossocial;
	d. Articulação com as estruturas da segurança social nas seguinte
	matérias:
	Acidentes de trabalho e doenças profissionais,
	• Pensão de velhice/ Reforma do regime geral e complementar,
	Prestações de invalidez,
	Prestações de sobrevivência,
	Doença e maternidade,
	Subsídios por morte,
	Subsídios de desemprego
<b>5.2.</b>	Saúde
Enca	aminhamento para serviços de saúde e disponibilização de produtos de apoio.
<b>5.3.</b>	Educação
	a. Transferências de escolas e processos de matrícula;
	b. Ingresso ao Ensino Superior;
	c. Equivalência e Reconhecimento de Habilitações Literárias;
	d. Benefícios sociais (acção social escolar e bolsas de estudo)
<b>5.4.</b>	Jurídica
	a. Lei da Nacionalidade;
	b. Importação e Legalização de Veículos Automóveis;
	c. Vistos de entrada em Portugal
5 5 T	Franámica e internacionalização

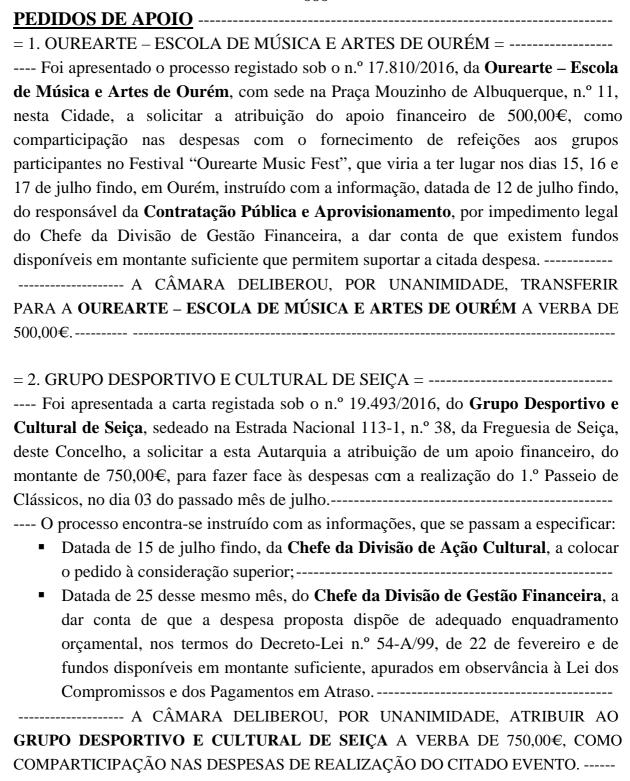


a.	Criação de emprego e formação profissional em Portugal;
b.	Apoio à criação de empresas e emprego;
c.	Articulação com as cidades geminadas ou com as quais o Município
	tenha acordos de colaboração para apoio ao acolhimento e inserção de
	emigrantes;
d.	Apoio à promoção de projetos de investimento e desenvolvimento locais,
	em conjugação com o Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora
	(GAID)
5.6. Outr	os assuntos
a.	Troca de Carta de Condução;
	Antecipação ao Exame de Condução;
c.	Importação de bens pessoais
	pnamento
	ento ao público é gratuito e funciona de Segunda-feira à Sexta-feira, das
	nas instalações da Câmara Municipal. Por marcação prévia, o
	poderá ser realizado por videoconferência
	2tos
Gabinete de Ap	poio ao Emigrante de Ourém
ga-emigrante@	mail.cm-ourem.pt
Praca D. Maria	Ourém
2490-499 Ouré	m – Portugal
	0 900
	908
	exposto, propomos:
	vação do protocolo,
	ão Gabinete de Apoio ao emigrante de Ourém
	eração Superior."
	or <b>Presidente</b> exarou no processo o despacho, datado de 28 também de
	que de igual modo se transcreve: "TC
-	a criação do gabinete de apoio ao emigrante e o protocolo inerente que não
-	as
	o para ratificar."
	A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, RATIFICAR, NOS
	O N.º 3, DO ARTIGO 35.º, DO ANEXO I À DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE
SETEMBRO,	O DESPACHO DO <b>SENHOR PRESIDENTE</b> SUPRA TRANSCRITO

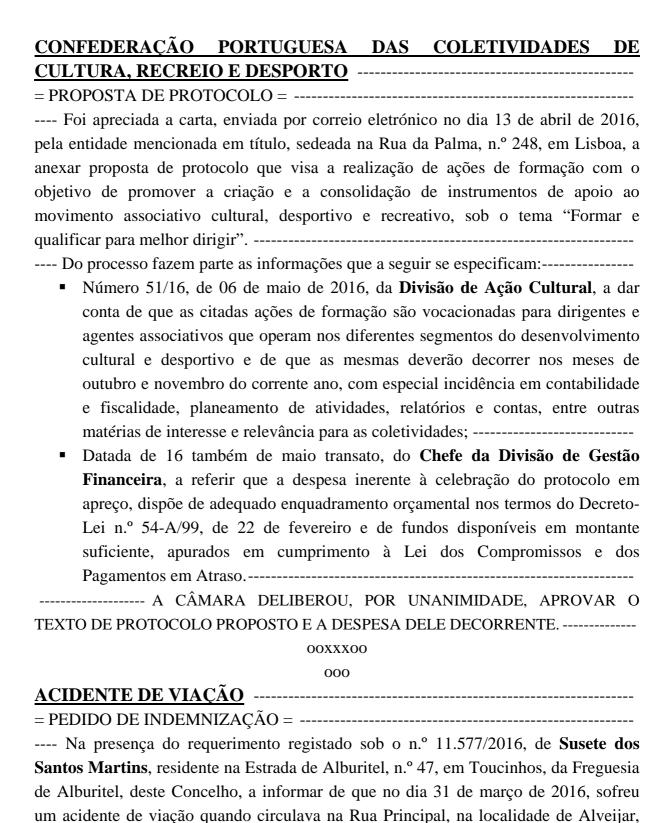


#### OOXXXOO

000

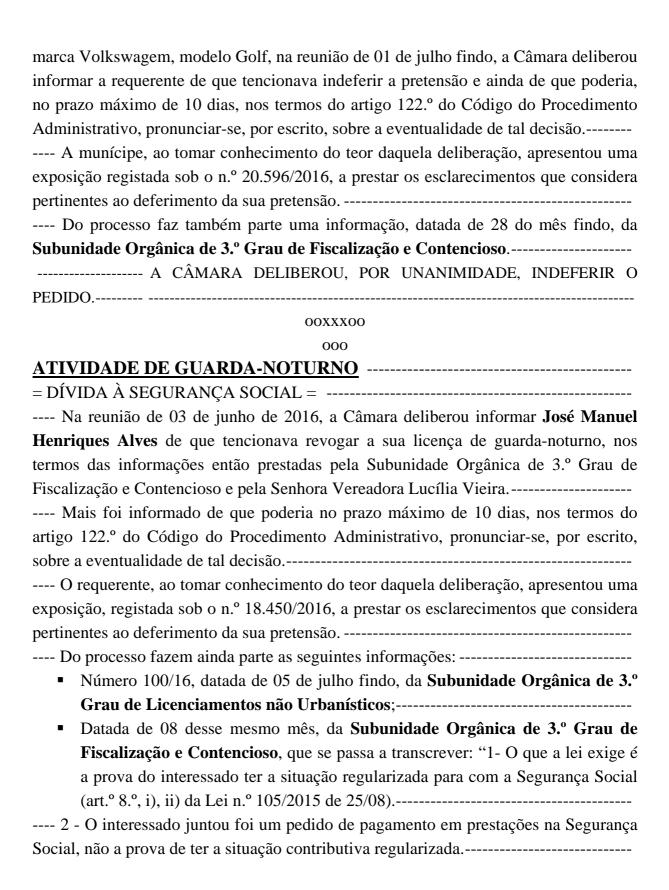




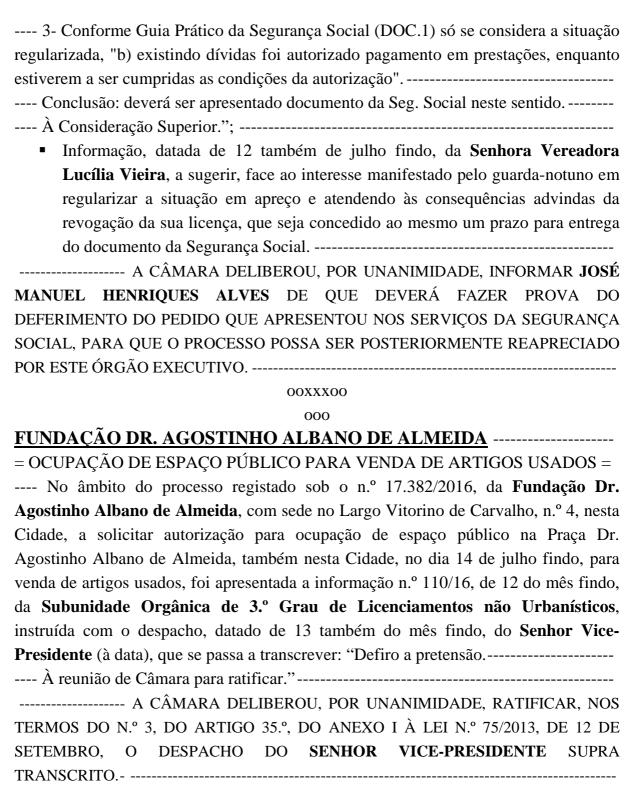


(sentido Alveijar/Vale da Perra), da Freguesia de Atouguia, também deste Concelho e a solicitar o ressarcimento da importância de 183,41€, devido aos danos causados na viatura, propriedade de Paulo Jorge Henriques dos Santos, de matrícula 21-IZ-33,

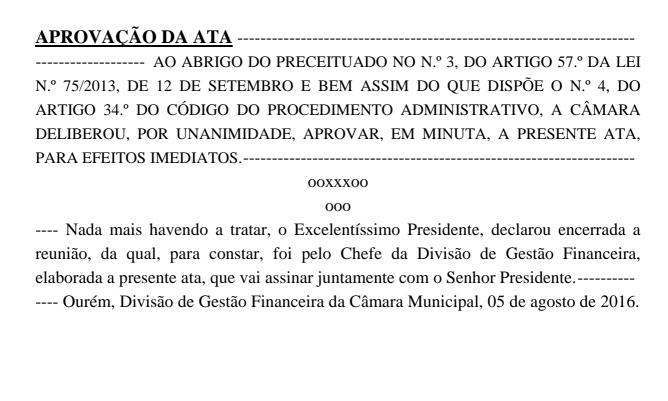












O CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.



# ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 05/08/2016

= PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" – ARTIGO 52.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

#### 1. PRESIDÊNCIA

# 1.1. COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- = Da aprovação dos projetos de licenças para construção, reedificação ou conservação sobre os quais despachou em conformidade com a delegação de competências, efetuada em reunião de 2015.05.29:
- = Da aprovação de licenças em processos com competência delegada ao abrigo do n.º 1, do artigo 34.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- = Pagamentos.

## 1.2. SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

- = Autorização prévia para ações de (re)arborização:
  - 1. Carta registada sob o n.º 19.641/2016, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Eduardo Rogério de Oliveira Homem;
  - 2. Carta registada sob o n.º 19.642/2016, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Aguinaldo Prazeres Antunes;
  - 3. Carta registada sob o n.º 20.287/2016, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Horácio Ferreira Reis;
  - 4. Carta registada sob o n.º 20.729/2016, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Maria de Lurdes Bilreiro Gonçalves;
- = Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) Apresentação de candidaturas para aquisição de Veículos Operacionais de Proteção e Socorro:
  - 1. Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Caxarias Processo registado sob o n.º 18.670/2016, da associação;
  - 2. Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Ourém Processo registado sob o n.º 19.466/2016, da associação;
  - 3. Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Fátima Processo registado sob o n.º 19.469/2016, da associação;
- = Associação de Desenvolvimento das Serras de Aire e Candeeiros (ADSAICA) Proposta de protocolo Informação n.º 81/16, datada de 27 de abril transato, do Serviço Municipal de Proteção Civil;
- = Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Fátima Construção de novas infraestruturas (quartel) Parecer do representante desta Câmara Municipal na Comissão Técnica, Eng.º Nuno Miguel Gaspar Touret;
- = Instituto Politécnico de Tomar Proposta de protocolo de cooperação Carta enviada por correio eletrónico no dia 29 de junho de 2016, daquele instituto.

# 2. DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE E ATIVOS HUMANOS

# 2.1. SECÇÃO DE EXPEDIENTE

= Ampliação do número de compartes:



- Requerimento registado sob o n.º 11.811/2016, de Agostinho Marques Dias, sobre prédios sitos Rio de Couros – União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos;
- 2. Requerimento registado sob o n.º 14.388/2016, de António Cruz da Conceição Pereira Jorge, sobre prédios sitos na Freguesia de Espite;
- 3. Requerimento registado sob o n.º 18.659/2016, de António José Lopes Costa, sobre prédio sito em Tomaréis União das Freguesias de Gondemaria e Olival;
- 4. Requerimento registado sob o n.º 18.814/2016, de Arminda das Neves Pereira Vital, sobre prédio sito em Carvalhal Freguesia de Seiça;
- 5. Requerimento registado sob o n.º 19.887/2016, de Olga Leite, sobre prédio sito em Vale da Meda União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais;
- 6. Requerimento registado sob o n.º 20.481/2016, de Noémia Reis Oliveira, sobre prédios sito na Freguesia de Fátima;
- = Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo Carta enviada por correio eletrónico no dia 26 de julho findo, pela CIMT.

#### 3. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

= Encontro de caçadores "Os desafios de caçar em Ourém" - Atribuição de apoio financeiro ao Clube de Caçadores de Fátima - Proposta n.º 10/2016, datada de 06 de junho último, do Senhor Presidente da Câmara.

#### 3.1. CONTABILIDADE

= Recenseamento Eleitoral – 2016 – Informação n.º 12/16, de 12 de julho findo, da Contabilidade.

#### 4. DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS

= Estacionamento reservado a cargas e descargas – Fátima – Informação n.º 17/16, datada de 09 de junho transato, do Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência.

#### 5. DIVISÃO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

- = Taxa de conservação das redes e sistema de saneamento, tarifa de tratamento de águas residuais, tarifa de recolha, transporte e tratamento de RSU's Inexistência de sistema (Rede de esgotos domésticos):
  - 1. Informação n.º 431/16, de 08 de julho findo, da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade (DAS);
  - 2. Informação n.º 449/16, de 19 de julho findo, da DAS;
  - 3. Informação n.º 451/16, de 19 de julho findo, da DAS;
  - 4. Informação n.º 455/16, de 20 de julho findo, da DAS;
- = Sistema de drenagem de águas residuais do Concelho de Ourém Devolução de verba Informação, datada de 12 de julho findo, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira (DGF);
- = Plataforma de Gestão de Energia MédioTejo21 Contrato emprego-inserção Informação, datada de 12 de julho findo, do Chefe da DGF.

### 6. DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

- = Ocupação da via pública Pedido de isenção de taxas Requerimento registado sob o n.º 19.201/2016, da Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora das Misericórdias, instruído com a informação n.º 105/16, de 21 de julho findo, da Divisão de Gestão Urbanística (DGU);
- = Pedidos de isenção de taxas Requerimento registado sob o n.º 18.482/16, da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Fátima, instruído com as informações n.º 109/16,



de 25 de julho findo, da DGU e n.º 460, de 26 também de julho findo, da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade:

- = Licenciamentos de obras particulares:
  - 1. Processo n.º 1121/2011, de que é titular a firma Coelho & Sá, Limitada, instruído com o requerimento registado sob o n.º 1088/2016 e a exposição registada sob o n.º 1089/2016, da firma;
  - 2. Requerimento registado sob o n.º 19.826/2016, de José Manuel Duarte Simões, instruído com a informação n.º 112/16, de 28 de julho findo, da DGU;
  - 3. Processo registado sob o n.º 171/2015, de que é titular a INSIGNARE Associação de Ensino e Formação, instruído com a informação n.º 204/16, de 22 de julho findo, da DGU;
- = Pedido de parecer prévio não vinculativo Processo registado sob o n.º 328/2015, de que é titular a União das Freguesias de Gondemaria e Olival, instruído com a informação n.º 361/16, de 14de julho findo, da DGU;
- = Beneficiação/demolição de edificação Segurança e salubridade públicas Auto de vistoria n.º 8/2016, datado de 04 de abril de 2016.

## 7. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS

- = Proposta de celebração de dois contratos emprego-inserção Informação n.º 244/16, de 06 de junho transato, da Chefe da Divisão de Educação e Assuntos Sociais (DEAS);
- = Tarifário de venda de água Pedidos de atribuição de tarifa social:
  - 1. Utilizadores não domésticos:
    - Requerimento registado sob o n.º 12.205/2016, da União Desportiva e Cultural do Alqueidão, instruído com a informação n.º 317/16, de 29 de julho findo, da Chefe da DEAS;
    - Requerimento registado sob o n.º 12.968/2016, da União das Misericórdias Portuguesas, instruído com a informação n.º 293/16, de 12 de julho findo, da Chefe da DEAS;
    - Requerimento registado sob o n.º 13.484/2016, da ADIRE Associação Dinamizadora Regional, instruído com a informação n.º 310/16, de 26 de julho findo, da Chefe da DEAS;
    - Requerimento registado sob o n.º 13.652/2016, da Comunidade Vida e Paz, instruído com a informação n.º 311/16, de 26 de julho findo, da Chefe da DEAS:
    - Requerimento registado sob o n.º 14.295/2016, da Associação Desportiva, Recreativa e Cultural Vasco da Gama, instruído com a informação n.º 320/16, de 29 de julho findo, da Chefe da DEAS;
    - Requerimento registado sob o n.º 17.187/2016, da Associação de Bem Estar de Urqueira, instruído com a informação n.º 312/16, de 27 de julho findo, da Chefe da DEAS;
  - 2. Utilizadores domésticos:
    - Informação n.º 321/16, de 29 de julho findo, da Chefe da DEAS;
    - Informação n.º 322/16, de 29 de julho findo, da Chefe da DEAS;
  - 3 Famílias numerosas:
    - Informação n.º 318/16, de 29 de julho findo, da Chefe da DEAS;
    - Informação n.º 319/16, de 29 de julho findo, da Chefe da DEAS;



= Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas - Proposta de protocolo de cooperação - Carta enviada por correio eletrónico no dia 22 de julho findo, por aquela direção-geral.

## 8. DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL

- = Pedidos de apoio:
  - Ourearte Escola de Música e Artes de Ourém Processo registado sob o n.º 17.810/2016, da associação, instruído com a informação, datada de 12 de julho de 2016, do responsável da Contratação Pública e Aprovisionamento;
  - 2. Grupo Desportivo e Cultural de Seiça Carta registada sob o n.º 19.493/2016, da associação;
- = Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto Proposta de protocolo Carta enviada por correio eletrónico no dia 13 de abril de 2016, por aquela entidade.

# 9. SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO

= Acidente de viação – Pedido de indemnização – Exposição registada sob o n.º 20.596/2016, de Suste dos Santos Martins, sobre acidente ocorrido na Rua Principal, em Alveijar – Atouguia, no dia 31/03/2016.

# 10. SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU DE LICENCIAMENTOS NÃO URBANÍSTICOS

- = Atividade de guarda-noturno Dívida à Segurança Social Informação n.º 100/16, de 05 de julho findo, da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Licenciamentos não Urbanísticos (LnU);
- = Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida Ocupação de espaço público para venda de artigos usados Processo registado sob o n.º 17.382/2016, da fundação.

Câmara Municipal de Ourém, 2 de agosto de 2016

O Presidente da Câmara

Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca



# **DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA**

Processos deferidos por despacho dos Exmos. Presidente e Vereadores, 15-07-2016 a 04-08-2016

Processo nº	Requerente	Local
1209/2016	Cátia Simões dos Santos	Rua Cidade de Ourém - Vendas - freguesia de Caxarias
172/2012	Centro Social Paroquial Freguesia de Atouguia	Rua de São Bartolomeu – freguesia de Atouguia
753/2016	Euromolding – Madeiras, Ld <sup>a</sup>	Zona Industrial – Casal dos Frades – freguesia de Seiça
1106/2016	Fernanda Maria Valente Bastos	Rua do Vale Giesteiro, nº 116 – Moita Redonda – freguesia de Fátima
121/2016	Fernando de Oliveira Gomes	Rua dos Henriques - Lagoa do Furadouro - freguesia de N <sup>a</sup> .Sr <sup>a</sup> .Misericórdias
25/2016	Flávia Maria Baptista Neves	Rua Principal – Fartaria – Gondemaria – da união das freguesias de Gondemaria e Olival
132/2015	Girassol Dourado – Produtos de Limpeza e Pronto a Vestir Lda	Carvoeira – freguesia de Caxarias
120/2016	João Alberto Lopes de Oliveira	Rua da Chada – Soutaria - Gondemaria da união das freguesias de Gondemaria e Olival
1185/2016	Jorge Manuel Alves Marque e outra	Rua do Freitas - Avanteira – Freixianda – da união das freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais
1684/2007	Maria Fátima Marques Ferreira	Lourinha – Ourém – freguesia de N.a Sra. da Piedade
295/2016	Ordem dos Cónegos Regrantes da Santa Cruz	Rua Anjo de Portugal nº 11 – Cova da Iria – Fátima - freguesia de Fátima
2382/1995	Petroalves – Distribuidor de Combustíveis e Lubrificantes S.A.	Rua Principal - N.º 31 - Reca - Freixianda - da união das freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais
1083/2016	TMG – Residência para Seniores, Lda	Casais da Caridade – Ourém – freguesia de Na. Sra. Piedade
1819/2015	Vieira de Sousa & Simões, Lda	Andrés – freguesia de Caxarias

Ourém, 05 de agosto de 2016



# DIREÇÃO INTERMÉDIA 3º GRAU DE LICENCIAMENTOS NÃO URBANÍSTICOS Processos deferidos por despacho do Ex.mo Presidente e/ou Vereador, de 15/07/2016 a 04/08/2016

Número Entrada	Requerente	Tipo de Licenciamento
19044	Cecília Maria Gonçalves Gameiro Lopes	Certidão de Licença de Ciclomotor
19600	Orona Portugal-Sociedade Unipessoal, Lda.	Inspeção de elevadores
19200	Ourearte-Escola de Musica e Artes de Ourém	Licença Especial de Ruído
19165	O CRIF-Centro de Reabilitação e Integração de Fátima	Licença Especial de Ruído
19441	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Atouguia - Capela do Vale da Perra	Licença Especial de Ruído
19442	Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Urqueira-Capela da Pederneira	Licença Especial de Ruído
19444	Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Formigais	Licença Especial de Ruído
19438	Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Cercal	Licença Especial de Ruído
19443	Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Atouguia	Licença Especial de Ruído
19446	Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias	Licença Especial de Ruído
19165	CRIF-Centro de Reabilitação e Integração de Fátima	Licença Especial de Ruído
19269	Fábrica da Igreja Paroquial de Espite- Capela do Carvalhal	Licença Especial de Ruído
19272	Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Espite	Licença Especial de Ruído
19364	Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Rio de Couros	Licença Especial de Ruído
19445	Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias	Licença Especial de Ruído
19738	Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Urqueira-Capela de Vale das Antas	Licença Especial de Ruído
19613	Silva Assis & Mendes, Lda.	Licença Especial de Ruído



19784	Grupo Desportivo da Ribeira do Fárrio	Licença Especial de Ruído
19954	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias – Capela do Caneiro	Licença Especial de Ruído
19590	Motor Club Riopirata	Licença Especial de Ruído
19614	Silva Assis & Mendes, Lda.	Licença Especial de Ruído
20115	Associação Cultural e Recreativa de Alburitel	Licença Especial de Ruído
19963	Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia Casal dos Bernardos	Licença Especial de Ruído
18985	Espiteaventura-Associação do Conhecimento de Espite	Uso de vias públicas
19464	Manuel Pereira Gomes	Venda de Terreno no Cemitério
18095	União das freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais	Inspeção de elevador
18092	Centro Social da Divina Providência – Casa do Bom Samaritano	Inspeção de elevador
17803	Bodas e Festas-Actividades Turísticas, Lda.	Inspeção de elevador
18805	José Vieira dos Reis	Inspeção de elevador
17914	Funerária Ouriense, Lda.	Inumação de Cadáver
17913	Funerária Ouriense, Lda.	Inumação de Cadáver
17915	Funerária Ouriense, Lda.	Inumação de Cadáver
19044	Cecília Maria Gonçalves Gameiro Lopes	Licença de Ciclomotor
18147	Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Caxarias	Licença de ruído
18260	Junta de freguesia de Espite	Licença de ruído
18555	Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Rio de Couros	Licença de ruído
18776	Associação Montamora Sport Club	Licença de ruído
18768	Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias	Licença de ruído
19058	Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Olival	Licença de ruído
18859	P´Escola-Associação Cultural Recreativa e Desportiva da Soutaria	Licença de ruído
18899	O Centro Cultural e Recreativo do Olival	Licença de ruído
27691	Anabela Silva Simões Aquino	MCP - RJACSR
26327	Vladyslav Ryezanov	MCP - RJACSR



18811	Pravi-Projeto de Apoio às Vítimas	Peditório
18861	BTT-Clube dos Pinheiros	Prova Desportiva
22230	Pátio de Avô - Bar Hotelaria, Lda.	Publicidade
17221	A Acústica Médica-Hidden Hearing, Portugal	Rastreio Auditivo
12992	Oásis Salgado, Lda.	Vendedor de Mercado

Ourém, 05 agosto de 2016

#### Jacinto Costa

(Dirigente de Direção Intermédia da Unidade 3.º Grau de Licenciamentos Não Urbanísticos, Despacho 48/2015, de 2015/Agosto/21)



# PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E A ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DAS SERRAS DE AIRE E CANDEEIROS

O Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de maio, estabelece que a politica de defesa da floresta contra incêndios deve garantir a existência de estruturas dotadas de capacidade e conhecimentos específicos adequados para o desenvolvimento de ações de prevenção, vigilância, apoio ao combate a incêndios, rescaldo e vigilância pós-incêndio.

Com a publicação da Portaria n.º 35/2009, de 16 de janeiro, foi aprovado o Regulamento de Organização e Funcionamento do Dispositivo de Prevenção Estrutural, estrutura integrada e criada pela ex-Autoridade Florestal Nacional, atual Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) e na sua dependência, que se articula institucionalmente no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios, nos termos do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de julho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro e que integra a estrutura de sapadores florestais.

A Associação de Desenvolvimento das Serras de Aire e Candeeiros (ADSAICA) é detentora de uma Equipa de Sapadores Florestais (ESF), nos termos da legislação em vigor (Decreto-Lei n.º 109/2009, de 15 de maio), identificada junto do ICNF sob o registo n.º SF 05–16 C Alcanena, prestando assim um inegável serviço público dirigido para o desenvolvimento e proteção florestal, direcionado para a manutenção das áreas contíguas a infraestruturas importantes, bem como na prevenção de incêndios florestais através da ESF.

Por conseguinte, possu	indo a Câmara Municipal de Ourém, competências no domínio da
proteção civil, conforme	o previsto no alínea j) do n.º 2, do artigo 23, do Anexo I à Lei n.º
75/2013, de 12 setembr	o, em conformidade com a deliberação tomada em reunião de
de	de 201_ e ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º, do
referido diploma legal (	Regime Jurídico das Autarquias Locais), é celebrado o presente
protocolo entre:	

**PRIMEIRO OUTORGANTE**: Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 280 740, sedeada na Praça D. Maria II, n.º 1, da Freguesia de Nossa Senhora da

Fl.61 05/08/2016 Anexo IV



Piedade – 2490-499 Ourém, representado neste ato pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal, Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca;

е

**SEGUNDO OUTORGANTE**: Associação de Desenvolvimento das Serras de Aire e Candeeiros (ADSAICA), associação de utilidade pública sem fins lucrativos com o NIPC 502 500 867, sedeada nas Pegadas de Dinossáurios da Serra de Aire, na localidade de Bairro, da Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias – 2490-216 Ourém, representada neste ato pelo Presidente da Direção, Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves.

O qual se rege pelas seguintes cláusulas:

## CLÁUSULA PRIMEIRA (Objeto)

O presente protocolo visa estabelecer as regras relativas às ações de prevenção estrutural, a realizar pela ADSAICA no Concelho de Ourém, através da sua ESF, de acordo com o artigo 3.º, do Decreto-Lei 109/2009, de 15 de maio e à respetiva comparticipação financeira.

# CLÁUSULA SEGUNDA (Âmbito Territorial)

As ações objeto do presente protocolo serão prestadas no Concelho de Ourém, devendo o Primeiro Outorgante respeitar o trabalho de serviço público de gestão florestal e de defesa da floresta, definido pelo ICNF anualmente.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA**

#### (Localização de Viatura e Equipamentos)

A viatura e equipamentos, assim como outros materiais decorrentes da atividade da ESF, ficam sedeados nas instalações do Primeiro Outorgante, designadamente no estaleiro municipal, sito na localidade de Pinheiro, da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade – Ourém.



#### **CLÁUSULA QUARTA**

#### (Obrigações da Primeiro Outorgante)

#### Compete ao Primeiro Outorgante:

- Efetuar o acompanhamento diário da ESF, de forma a assegurar o cumprimento do plano de atividades e disponibilizar ao Segundo Outorgante informação sobre a sua execução;
- Colaborar na gestão dos elementos da ESF, de modo a maximizar o número de efetivos na época crítica de incêndios florestais ou em situações que o justifiquem;
- 3. Elaborar o programa de ação e o relatório anual a apresentar ao ICNF;
- Utilizar todo o equipamento que consta do protocolo celebrado entre o ICNF e a ADSAICA;
- Assegurar as boas condições de operacionalidade de todo o equipamento referido no ponto anterior e suportar as despesas inerentes ao seu uso, nomeadamente material de desgaste rápido, combustíveis e qualquer pequena reparação;
- 6. Adquirir equipamento de proteção individual, de acordo com as normas vigentes do ICNF, sempre que se verifique a sua necessidade;
- 7. Comunicar de imediato ao Segundo Outorgante a ocorrência de qualquer acidente:
- 8. Disponibilizar um espaço para guardar a viatura e equipamentos, assim como outro material decorrente da atividade da ESF;
- Garantir o normal funcionamento da ESF, no que concerne às despesas de funcionamento nos trabalhos de serviço público de gestão florestal e da defesa da floresta, definido pelo ICNF anualmente.

#### **CLÁUSULA QUINTA**

#### (Obrigações da Segundo Outorgante)

#### Compete ao Segundo Outorgante:

- 1. Selecionar e recrutar os candidatos a sapadores florestais, de forma a manter a ESF, devendo essa escolha obter parecer favorável do Primeiro Outorgante;
- Efetuar todos os procedimentos administrativos de contratação dos sapadores, garantir os respetivos vencimentos, encargos socais obrigatórios e prémios de seguros;



- Disponibilizar à ESF todo o equipamento que consta do protocolo estabelecido atual ICNF e a ADSAICA;
- 4. Promover a formação de novos elementos da ESF sempre que ocorra a substituição dos elementos iniciais.

#### **CLÁUSULA SEXTA**

#### (Comparticipação Financeira)

- Pela execução das tarefas previstas no objeto do presente protocolo, o Município de Ourém compromete-se a atribuir um apoio financeiro ao Segundo Outorgante, até 1.750,00 euros mensais (Mil Setecentos e Cinquenta Euros), que será disponibilizado até ao dia 20 de cada mês, através de transferência bancária, para conta titulada pelo Segundo Outorgante;
- 2. Considerando que a vigência do presente protocolo será de janeiro de 2017 a dezembro de 2017, o volume global dos encargos ascende a 21 mil euros dispostos do seguinte modo:
  - ➤ 21 mil euros no ano económico de 2017, atribuídos duodecimalmente.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA**

#### (Acompanhamento e Controlo do Protocolo)

- O acompanhamento e o controlo do presente protocolo competem ao Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, verificar a sua boa execução;
- 2. O Segundo Outorgante compromete-se a facultar todos os elementos solicitados para quaisquer esclarecimentos que se julguem necessários.

#### CLÁUSULA OITAVA

#### (Revisão ao Protocolo)

- 1. O presente protocolo de colaboração pode ser objeto de revisão, por acordo entre as partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público;
- O protocolo em causa pode ser objeto de revisão devido a qualquer alteração ao programa de sapadores florestais que implique a modificação de valores financiados ou no caso de alterações legais que impliquem variações de custos associados à contratação.



#### **CLÁUSULA NONA**

#### (Cessão da Posição Contratual)

A ADSAICA não poderá ceder a sua posição contratual ou quaisquer direitos e obrigações decorrentes do presente protocolo, sem autorização da Câmara Municipal de Ourém.

#### CLÁUSULA DÉCIMA

#### (Casos Fortuitos ou de Força Maior)

- Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade, se por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves e outros conflitos coletivos de trabalho, forem impedidas de cumprir as obrigações assumidas no presente protocolo;
- A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar do prazo previsível para restabelecer a situação, devendo ser ajustado o valor mensal a transferir pela Primeira Outorgante.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

(Casos Omissos)

Os casos omissos e dúvidas que sejam suscitadas pela interpretação do presente protocolo serão devidamente analisadas e resolvidas pela Câmara Municipal de Ourém.

# CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

(Incumprimento)

O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do presente protocolo confere, nos termos gerais do direito, à outra parte, o direito de denunciar, mediante comunicação prévia escrita, registada com aviso de receção, enviada à parte faltosa, produzindo efeitos a partir da data da receção.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

(Denúncia)

O Protocolo pode ser denunciado por ambas as partes, através de proposta fundamentada, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA (Vigência do Protocolo)



Sem prejuízo do disposto na cláusula sexta de um ano, com término a 31 de dezembro o	a, o período de vigência do presente protocolo é de 2017.
O presente protocolo compreende 6 (seis) fo à exceção da presente folha, em virtude de o	olhas, que irão ser rubricadas pelos Outorgantes, conter as assinaturas dos mesmos.
Celebrado ao dia do mês de e validade, destinando-se cada um deles ao	de 201_, em dois exemplares de igual teor s seus Outorgantes.
O Primeiro Outorgante	O Segundo Outorgante
Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca	Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves